



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

EDSON NOVAK DE OLIVEIRA

**ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PERFIL AGROPECUÁRIO: O CASO DOS
PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA
CANTUQUIRIGUAÇU E NORTE PIONEIRO**

LARANJEIRAS DO SUL

2017

EDSON NOVAK DE OLIVEIRA

**ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PERFIL AGROPECUÁRIO: O CASO DOS
PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA
CANTUQUIRIGUAÇU E NORTE PIONEIRO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação,
apresentado como requisito para a obtenção de grau de
Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Luis Claudio Krajevski

Coorientadora: Cristina Sturmer dos Santos

LARANJEIRAS DO SUL

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Oliveira, Edson Novak de
Estrutura fundiária e perfil agropecuário: O caso
dos Projetos de Assentamentos nos Territórios da
Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro / Edson Novak
de Oliveira. -- 2017.
76 f.

Orientador: Luis Claudio Krajevski.
Co-orientador: Cristina Sturmer dos Santos.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências
Econômicas , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. . I. Krajevski, Luis Claudio, orient. II. Santos,
Cristina Sturmer dos, co-orient. III. Universidade
Federal da Fronteira Sul. IV. Título.



Ministério da Educação
Universidade Federal da
Fronteira Sul

Reitoria
Avenida 241, Du Verdes, 675
Edifício Engenheiros, 2º Andar
Chapaco - Santa Catarina
Brasil - CEP 85.812-000
Fone: (41) 3524-1400

www.ufff.edu.br
contato@ufff.edu.br

Campus Laranjeiras do Sul
Rua Oscar Pereira G. Lopes, 63
Via Alvaro - Laranjeiras do Sul
Paraná - CEP 85203-820
Fone: (31) 3635-8650



Serviço Público Federal
Universidade Federal da Fronteira Sul
Curso de graduação em Ciências Econômicas

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ata sete dias do mês de dezembro de
2017, às 19:00 horas, em sessão pública na sala
302 do Campus Laranjeiras do Sul da UFFS, na

presença da Banca Examinadora presidida pelo(a) Professor(a)

Orientador(a):

Luis Claudio Katsenki

e composta pelos Professores(as) Examinadores(as):

1. JANETE STOFFEL e

2. ELENAIR DO NASCIMENTO CEZIMBRA

o(a) aluno(a) Edson Nogueira de Oliveira

apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: ESTRUTURA
FUNDIÁRIA E PERFIL AGRÍCOLA DO CASO DOS PROJETOS DE
ASSENTAMENTOS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA (ANTURUIRIENACU E MATC PICHÉ)

como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de

Bacharelado em Ciências Econômicas. Após reunião em sessão reservada, a

Banca Examinadora deliberou e decidiu pela APROVAÇÃO

do referido trabalho, divulgando o resultado formalmente ao aluno e demais

presentes e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata

que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.

[Assinatura]
Presidente da Banca Examinadora e Professor(a) Orientador(a)

[Assinatura]
Examinador(a) 01

[Assinatura]
Examinador(a) 02

[Assinatura]
Aluno(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, saúde e força nos momentos mais difíceis.

Agradeço aos meus pais Vilmar e Catarina, pelo apoio na vida pessoal e na jornada acadêmica e que sinto orgulho por serem agricultores familiares e por acreditarem que a educação transforma a sociedade.

Aos meus familiares e amigos(as) Andrei, Daniel, Débora, Jakeline e Adriana pela amizade e companheirismo vivenciado nos últimos anos e que me aturaram ao longo da formação.

Agradeço aos docentes e discentes do Programa de Educação Tutorial (PET/ Políticas Públicas e Agroecologia) pelo conhecimento e experiência profissional.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) por proporcionar o ensino público de qualidade.

Agradeço aos meus orientadores ao longo da monografia, professor Luis Claudio, professora Marisela e Cristina, pela relação de amizade, suporte teórico e demais contribuições e por sempre questionarem, “qual é o seu objetivo?”.

A todos que fizeram parte da minha graduação e que incentivaram direto e indiretamente, tens meu gesto de agradecimento.

“Demais, longe de ser apenas uma atividade econômica, a agricultura constitui a base da organização social e política”. Celso Furtado.

RESUMO

Desde a colonização, o Brasil experimentou a desigualdade do acesso a propriedade da terra, apoiada amplamente pelo Estado. Historicamente o Brasil se inseriu no comércio internacional mediante a especialização primária e passou por diversos ciclos que tinham como base uma atividade econômica agrícola. Internamente o país foi organizado para atender a demanda externa e consolidou no meio rural uma estrutura fundiária concentrada, com a produção de monocultura. As políticas públicas priorizaram a agricultura moderna e os demais tipos de agricultores foram esquecidos. Emergem assim pressões de movimentos sociais para acessar a terra e a partir da década de 1990 começam a serem atendidos. Iniciativas de Projetos de Assentamentos oriundos de uma reforma agrária pontual foram efetivadas e o Estado do Paraná foi beneficiado, inclusive os Territórios da Cidadania, objeto dessa análise. Dois recortes espaciais foram escolhidos para a pesquisa, assim surge o problema: “Como as implantações de assentamentos rurais da reforma agrária contribuíram com a estrutura fundiária e perfil agropecuário dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro? O objetivo do presente estudo é analisar a contribuição dos assentamentos rurais da reforma agrária na estrutura fundiária e perfil da produção agropecuária nos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro. Os objetivos específicos são: identificar a concentração fundiária para os anos de 1995 e 2006; caracterizar o perfil da produção agropecuária para os produtores assentados; e identificar a relação entre condição de produtor e o perfil da produção agropecuária. A metodologia utilizada refere-se uma pesquisa documental, com dados de fontes secundárias, dos Censos Agropecuários 1995/96 e 2006. Foram coletados os dados do Índice de Gini da Terra e da quantidade produzida de produtos agropecuários e produção animal para os Territórios e municípios que os compõem. Como principais resultados foram observados a ocorrência desconcentração da propriedade da terra, no Território Cantuquiriguaçu que possui maior número de beneficiários e áreas ocupadas. Identificou-se que mesmo sem a ocorrência de desconcentração da propriedade da terra, os assentados quando instalados trazem contribuições na produção agropecuária, o que poderá contribuir na segurança alimentar da família e na oferta de alimentos. Outro aspecto notável é o avanço da produção de *commodities* em áreas de assentamentos. A conquista da terra é uma alternativa de desconcentração fundiária. Quanto à atividade agropecuária dos assentamentos, foi observada potencialidade produtiva nos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro.

Palavras-chave: Reforma agrária. Impactos. Monocultura. Segurança alimentar. Diversificação.

ABSTRACT

Since the colonization the Brazil has experimented the inequality on access to earth property widely supported by state. The Brazil has historically been on international trade through the primary specialization and had been had been passed by several cycles based on an agricultural task. The country had specialized to answer the external demand and fixed on countryside a concentrated land activity with monoculture production. The modern agriculture was prioritized by public policy and other kinds of farmers were forgotten. Pressure movements arise to access the land and from 90's started to be answered. Settlements projects initiatives originating from a specific agrarian reform had made effective and the Parana State was benefited, including the citizenship territories, object of study analysis. Two space clipping was chosen on the search and so the problem arises: "How the settlement rural implantation had contributed to land structure and agricultural profile of Cantuquiriguaçu and Norte Pioneiro citizenship territories?" The goal of this search is analyzing the contribution of rural settlements of agrarian reform and farming production profile on Cantuquiriguaçu and Norte Pioneiro citizenship territories. The specific objectives are: to identify the land concentration in 1995 and 2006, characterize the agricultural production profile for settlement farmers and identify the relationship between producer conditions and the agricultural production profile. The used methodology refers to a documentary research based on secondary sources of agricultural data 1995/1996 and 2006. The data were collected from the earth Gini index and the quantity of agricultural products and animal production produced for the territories and municipalities that comprise them. As main results were observed the occurrence of deconcentration land ownership on Cantuquiriguaçu territory, that has the largest number of beneficiaries and occupied areas. It was possible to identify that even without the land deconcentration occurrence, the settlements provides contribution on agricultural production that can contribute to family food security and food supply. Another notable aspect is the advance on *commodities* production in settlements. The conquest of land is a land ownership deconcentration alternative. However, the settlement agricultural tasks, productive potential was observed in the Cantuquiriguaçu territory and Norte Pioneiro.

Keywords: Land reform. Impacts. Monoculture. Food security. Diversification

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Condição do produtor, número e área dos estabelecimentos agropecuários no Território Cantuquiriguaçu em 2006.....	33
Tabela 2 - Índice de Gini da Terra dos municípios do Território Cantuquiriguaçu, Paraná e Brasil para os anos de 1995/96 e 2006.....	34
Tabela 3 - Condição do produtor, número e área dos estabelecimentos agropecuários no Território Norte Pioneiro em 2006.....	40
Tabela 4 - Índice de Gini da Terra dos municípios do Território Norte Pioneiro, Paraná e Brasil para os anos de 1995/96 e 2006.....	41
Tabela 5 - Quantidade produzida de alimentos consumidos no mercado interno, por tipos de produtores no Território Cantuquiriguaçu no ano de 2006	46
Tabela 6- Quantidade produzida dos principais produtos de lavoura temporária, por tipos de produtor e participação relativa, no Território Cantuquiriguaçu, para o ano de 2006	48
Tabela 7 - Quantidade produzida dos principais produtos de lavoura permanente, por tipos de produtores e representação percentual, no Território Cantuquiriguaçu no ano de 2006	49
Tabela 8 - Quantidade produzida dos principais produtos da horticultura, por tipos de produtores e percentual, no Território Cantuquiriguaçu no ano de 2006	49
Tabela 9 - Efetivo número de cabeças por espécie, oriundas dos tipos de produtores, no Território Cantuquiriguaçu, no ano de 2006	51
Tabela 10 - Quantidade produzida de leite por tipo de produtor no Território Cantuquiriguaçu, no ano de 2006	51
Tabela 11 - Quantidade produzida de alimentos consumidos no mercado interno, por tipos de produtores no Território Norte Pioneiro no ano de 2006.....	52
Tabela 12 – Quantidade produzida dos principais produtos de lavoura temporária, por tipos de produtores e participação relativa no Território Norte Pioneiro, para o ano de 2006	53
Tabela 13 - Quantidade produzida dos principais produtos de lavoura permanente, por tipos de produtores e representação percentual no Norte Pioneiro no ano de 2006.....	54
Tabela 14 - Quantidade produzida dos principais produtos da horticultura, por tipos de produtores e percentual, no Território Norte Pioneiro no ano de 2006	54
Tabela 15 - Efetivo número de cabeças por espécie, oriundas dos tipos de produtores, no Território Norte Pioneiro, no ano de 2006.....	56
Tabela 16 - Quantidade produzida de leite por tipo de produtor no Território Norte pioneiro, no ano de 2006	56
Tabela 17 - Quantidade produzida de produtos de consumo no mercado interno, produtos de lavoura temporária e permanente para os municípios do Território Cantuquiriguaçu no ano de 2006.....	58
Tabela 18 - Quantidade produzida de hortaliças pelos assentados da reforma agrária no Território Cantuquiriguaçu em 2006.....	60
Tabela 19 - Número de cabeças de espécies criado pelos tipos de produtores no ano de 2006, nos municípios do Território Cantuquiriguaçu	61
Tabela 20 - Quantidade produzida de produtos de consumo no mercado interno nos municípios do Território Cantuquiriguaçu no ano de 2006.....	65

Tabela 21 - Quantidade produzida de lavoura temporária nos municípios do Território Cantuquiriguaçu no ano de 2006.....	66
Tabela 22 - Percentual de lavoura permanente, por tipos de produtores nos municípios do Território Norte Pioneiro no ano de 2006.....	66
Tabela 23 - Representação percentual da quantidade produzida de hortaliças pelos assentados, em municípios do Território Norte Pioneiro em 2006.....	67
Tabela 24 - Efetivo número de cabeças por espécie, oriundas dos tipos de produtores, nos municípios do Território Norte Pioneiro, no ano de 2006.....	67

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro em 2017....	29
Quadro 1 - Metodologia, descrição e adaptações para a coleta dos dados para o ano de 2006	31
Quadro 2 - Classificação das faixas do Índice de Gini	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de assentamentos rurais no Território Cantuquiriguaçu de 1984 a 2016	36
Gráfico 2 - Número de famílias assentadas em PA's no Território Cantuquiriguaçu, no período 1986 a 2010.....	37
Gráfico 3 – Evolução quantidade da área de PA's no Território Cantuquiriguaçu no período 1986 a 2016	38
Gráfico 4 - Participação relativa das famílias dos municípios do Território Cantuquiriguaçu na composição dos PA's no período 1986 a 2016	39
Gráfico 5 - Evolução do número de assentamentos rurais no Território Norte Pioneiro de 1987 a 2014.....	42
Gráfico 6 - Número de famílias assentadas em PA's no Território Norte Pioneiro, no período 1987 a 2014	43
Gráfico 7 - Evolução quantidade da área de PA's no Território Norte Pioneiro no período 1987 a 2014	44
Gráfico 8 - Participação relativa das famílias dos municípios do Território Norte Pioneiro na composição dos PA's no período 1987a 2014	45

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PA – Projeto de Assentamento Federal

PA's – Projetos de Assentamentos Federais

PC – Projetos de Colonização Oficial

PRB – Projetos de Reassentamentos de Atingidos por Barragens

PTC – Programa dos Territórios da Cidadania

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	DA COLONIZAÇÃO A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA	18
2.2	PRIMARIZAÇÃO E ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO	21
2.3	REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	23
2.3.1	Reforma agrária e Territórios da Cidadania	27
3	METODOLOGIA.....	29
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	29
3.2	PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS	30
3.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISES DOS DADOS	31
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
4.1	ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU.....	33
4.2	ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO NORTE PIONEIRO	40
4.3	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU.....	46
4.4	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA NO TERRITÓRIO NORTE PIONEIRO	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui traços particulares de um espaço agrário heterogêneo, que reflete um perfil agrícola diferenciado, tendo como um dos fatores determinantes dessa diversidade o tamanho das propriedades. Para compreender as relações estabelecidas entre a estrutura fundiária e o uso da terra em termos do tipo de atividade agropecuária, faz-se necessário o conhecimento sobre o histórico e o papel da agricultura na geração e destino de riquezas no país. Este percurso encontra seu ponto de partida no período da colonização até o momento caracterizado pela consolidação da economia do agronegócio (CARVALHO, 2015). Cujas constantes é uma estrutura fundiária concentrada que rebate claramente na conformação do perfil agroexportador, acompanhado de aspectos estruturantes de caráter econômico, social, político e cultural da nação brasileira (PRADO JÚNIOR, 1979).

A colonização das terras brasileiras emergiu como forma da expansão comercial européia. Até o início do século XX a economia (em sua essência) esteve voltada para atividades de caráter agrícola e de exploração mineral, expressa em diversos ciclos econômicos, cuja produção tinha como principal destino o mercado externo, delineando o perfil agroexportador do Brasil (FURTADO, 2005). Este cenário sofreu importantes modificações a partir das tentativas de desenvolvimento industrial via substituição das importações presenciada próximo à segunda metade do século XX (FURTADO, 2005).

A partir da década de 1960, a agricultura se integra com grande intensidade à economia industrial e urbana, via modernização conservadora, técnica e politicamente sustentada na revolução verde. Esta mudança foi acompanhada pelo aprofundamento das desigualdades socioeconômicas no rural, cuja característica distintiva foi o aumento da concentração fundiária e a resistência da agricultura camponesa. A segunda, se expressa na defesa de suas terras e na forma de se relacionar com ela. Do ponto de vista econômico, a agricultura se integra aos complexos agroindustriais, comandados pela indústria. Este período foi estratégico em termos de acumulação do capital na agricultura e a sua influência nas características e configurações de produção do espaço rural (DELGADO, 2012).

Tomando como recorte espacial o Paraná, durante o regime militar (1964-1984), a revolução verde se expande no Estado, trazendo transformações na base produtiva e alterações na estrutura fundiária em direção a sua concentração. Sustentada na perda da terra por parte dos pequenos agricultores, conduzindo, dentre outros fatores, a proletarianização desses e/ou a migração para outros Estados (ROLIM, 1995). Registra-se nesse período a ocorrência

de inúmeros conflitos agrários tanto no Paraná como em diversos estados brasileiros (SERRA, 1992).

A década de 1980 foi marcada por importantes alterações no cenário nacional e internacional, da qual se destacam duas: a trajetória do processo de industrialização seria truncada e o processo de modernização conservadora da agricultura reconfigurado. A crise fiscal do estado brasileiro fragiliza os alicerces do padrão de intervenção do Estado na agricultura, amplamente sustentado pelo crédito governamental (DELGADO, 2012). As lutas pelo acesso a terra reemergem com grande força no início da década de 1980 e na década seguinte a reforma agrária entra forçadamente na agenda do Estado diante de pressões dos movimentos sociais e sob a base legal da função social da terra assentada na constituição de 1988, resultando na criação principalmente de assentamentos rurais (OLIVEIRA, 2007).

No segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), diante da falta de um projeto nacional e da necessidade de saldos comerciais positivos, a agricultura passa a ter como objetivo fundamental a produção e exportação de *commodities*¹. O fato traz consigo mudanças expressivas no que se refere às características do rural brasileiro, resultando em novas configurações para o setor agrícola, em particular para o perfil da produção agropecuária (DELGADO, 2012).

O modelo agrícola pautado na exportação de *commodities* avançaria de maneira não homogênea em espaços onde outras formas de agricultura tinham lugar. Parte do setor mais capitalizado da agricultura familiar seria incorporada à produção de *commodities*, já os segmentos mais pobres e com ténues vínculos com o mercado oferecem resistência em função de diversos fatores, tais como, o tamanho da unidade de produção, o grau de capitalização destas unidades de produção, o acesso a crédito, fatores socioculturais que vão desde a forma de se relacionar com a terra até os usos e costumes dos agricultores, dentre outros (CRUZ, 2012). Por outro lado, a política de criação de assentamentos rurais realizada no período do governo Fernando Henrique, resultado principalmente da pressão dos movimentos sociais, irá oportunizar o fortalecimento e expansão da agricultura familiar e com ela a modificação parcial do uso da terra, retomando a produção de alimentos, dentre outras práticas agrícolas (DELGADO, 2012).

No início da década de 2000, a China desponta como uma potência econômica mundial, com efeitos sobre o comércio internacional de demanda principalmente por matéria-prima e alimentos. O movimento de expansão chinesa proporcionou um aumento dos preços desses

¹ As *commodities* são produtos primários (padronizados e armazenáveis) organizado em mercados mundiais (DELGADO, 2012).

produtos e criou um ambiente promissor a esse negócio. A China se tornou um dos principais destinos das exportações e origem das importações brasileiras. O resultado desse processo acentuou a tendência histórica do Brasil da especialização primária, pautada na produção e exportação de *commodities*, firmando, portanto um modelo agroexportador e que renuncia novamente a um modelo próprio de desenvolvimento (CUNHA et al, 2011).

Esse processo descrito acima refere ao contexto nacional, contudo a presente pesquisa propõe uma análise de determinado recorte espacial. Diante disso, tem-se problema de pesquisa: “Como a implantação de assentamentos rurais da reforma agrária contribuíram com a estrutura fundiária e perfil agropecuário dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro?”

O objetivo geral é definido como “Analisar a contribuição dos assentamentos da reforma agrária na estrutura fundiária e perfil da produção agropecuária nos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro”. Os objetivos específicos para os Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro são:

- a) Identificar a concentração de terras na estrutura fundiária para os anos de 1995 e 2006;
- b) Caracterizar o perfil da produção agropecuária para os produtores assentados para o ano de 2006;
- c) Analisar a relação entre condição de produtor e o perfil da produção agropecuária.

A realização da pesquisa é justificada devido à carência de estudos que abordam a estrutura fundiária e perfil da produção agropecuária, com associação a reforma agrária. Alia-se a isso o estudo em área específica. Algumas pesquisas que trabalham com o assunto discutem de maneira separada, a estrutura fundiária e produção agropecuária, como por exemplo, Medeiros (2010), Fleury (2015), Hoffmann e Ney (2010) e Alcântara Filho e Fontes (2009). Para a presente pesquisa o recorte espacial escolhido foram duas áreas distintas, os Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro. Com um estudo comparativo que possa discriminar os vínculos existentes entre estrutura fundiária, condição do produtor e perfil da produção, de forma a evidenciar o papel das áreas de assentamentos. Vale mencionar ainda a pretensão de refletir, de maneira tangencial, sobre o perfil da produção e sua relação com a segurança alimentar.

Estudar a estrutura fundiária de uma determinada região traz elementos que permite discutir questões estruturais do desenvolvimento, referentes à vida e produção no campo. Como contribuição prática, poderá obter informações dos assentamentos rurais da reforma

agrária. Entender com maior profundidade o produtor assentando da reforma agrária permite-nos discutir políticas públicas, bem como suas potencialidades e desafios.

A pesquisa está organizada em cinco seções conforme segue: introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste item inicialmente foram evidenciados os vínculos entre estrutura fundiária e o perfil da produção agropecuária, desde a colonização até a reprimarização da economia nos anos 2000. Posteriormente foram abordados elementos que possibilitem a compreensão da reforma agrária no Brasil contemporâneo. Por fim, foram particularizados a realidade do Estado do Paraná e dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro.

2.1 DA COLONIZAÇÃO A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

O sistema econômico comercial teve maior êxito no continente Americano, pois se estruturou com base no trabalho compulsório e no monopólio, com a finalidade de extrair maiores taxas de lucros (REZENDE FILHO, 2010). Com exceção do nordeste dos Estados Unidos, os demais países se relacionavam com a metrópole em condições de dependência política. A deterioração dos termos de troca era visível, uma vez da exclusividade da metrópole na compra e venda de produtos para com a periferia (REZENDE FILHO, 2010). Em um primeiro momento no “novo mundo” foram desenvolvidas atividades de produção agrícola para o abastecimento interno da população de explorados chegada no novo continente (FURTADO, 2005).

A primeira atividade econômica do Brasil, após atividades de extração, foi o açúcar. Uma vez que a metrópole Portugal (com apoio financeiro da Holanda) era especializada na produção dessa especiaria. Nesse período o Brasil era abastecido por manufaturas oriundas de Portugal, delineando um perfil fortemente agroexportador (FURTADO, 2005). O modelo de produção utilizado por Portugal na colônia foram as Sesmarias, caracterizadas no Brasil pelo trinômio: grande propriedade, trabalho escravo e monocultura (PRADO JÚNIOR, 1979). Tornando a colônia agroexportadora, em um formato que garante a permanência e exploração das novas terras, suprindo a demanda na Europa por produtos tropicais (OLIVEIRA, 2007).

Ao final do século XVII, a economia açucareira começa a entrar em decadência, devido a fatores de concorrência e dispêndios maiores que os ganhos. Como saída buscam novas atividades capazes de gerar renda e como solução se reacende a busca por metais preciosos. Por volta de meados do século XVIII o ciclo do ouro atingiu seu auge de exportação, devido à descoberta de novas minas. No final desse século, a economia mineira entra em declínio, visto o esgotamento do ouro. Como nova fonte de dinamização da

economia, emerge a economia cafeeira sob as condições de aquisição de terras e um processo incipiente de imigração europeia ao Brasil (FURTADO, 2005).

De modo geral no Brasil, as Sesmarias entram em crise a partir de 1822, devido a problemas internos, como o crescimento de posses e conflitos. Diante dos problemas enfrentados, a elite rural buscou a retomada do controle, emergindo a Lei de Terras de 1850, regulando o acesso a terras, mediante a compra e venda. A lei restringiu novamente o acesso a terra às camadas sociais pobres. Com pressão externa a escravidão foi proibida no Brasil em 1888. Para suprir a produção agropecuária e como decisão política, expande-se o colonato, com mudanças nas relações de trabalho, contudo manteve-se a grande propriedade (latifúndio) e a exportação de produtos primários, ou seja, um perfil agroexportador (OLIVEIRA, 2007).

Um ponto que vale ser ressaltado refere-se ao desenvolvimento desigual e combinado, presente nas sociedades periféricas e de capitalismo atrasado. Os processos de desenvolvimento das economias urbana e rural possuem como características distintas, como o ritmo e velocidades diferentes, além de contradições e rupturas e do não controle nacional. Assim, para estudar as diferentes formações sociais é necessário considerar as especificidades de cada local. Nesse contexto emerge a teoria do desenvolvimento geográfico desigual², que procura explicar o desenvolvimento de maneira espacial, da desigualdade socioeconômicas entre um determinado recorte, originadas dos movimentos do capitalismo, o que diferencia os espaços (THEIS, 2009).

No final do século XIX, os preços no mercado mundial começam a declinar, impactando a economia do café, provocando a formação de grandes estoques de produção e perda de renda pelos produtores. Por meio de políticas de “valorização” do café o governo interveio fortemente, na compra de excedentes e financiamentos (FURTADO, 2005). O mecanismo de defesa funcionou até a crise de 1929.

O próximo setor dinâmico se constituirá no fomento ao mercado interno, para a correção do desequilíbrio externo, com redução da importação. A industrialização como saída seria extremamente difícil, uma vez a necessidade da importação de equipamentos, logo a alternativa foi o aproveitamento da capacidade instalada no país, acumulação de capital, transporte e energia (FURTADO, 2005).

A industrialização foi dinamizada pelo processo de substituição das importações, caracterizado pela redução das importações via produção interna das mercadorias. As

² A teoria do desenvolvimento geográfico desigual é defendida por Harvey (2006).

indústrias iniciais produziam bens de consumo e somente com o decorrer do tempo ocorreu à instalação de multinacionais manufactureiras, como a produção de bens de capital (FURTADO, 2005). A agricultura se integra com maior intensidade a economia urbana e industrial e ao setor externo a partir da década 1960. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) reorientou as políticas agrícolas, com adoção do pacote tecnológico “Revolução Verde”, símbolo da modernização (DELGADO, 2012).

Ressalta-se que os aspectos heterogêneos da agricultura brasileira foram intensificados no período. As grandes propriedades fundiárias foram integradas a programas e projetos, com suportes técnicos, fiscais e financeiros. A integração ocorreu a partir dos complexos agroindustriais, que intensificaram o consumo industrial pela agricultura. No período que se estende até 1980 ocorreram grandes concentrações de produção e de terras. A “modernização conservadora” conviveu com a agricultura tradicional aprofundando as desigualdades no rural e no sistema econômico (DELGADO, 2012).

O ato de ocupação populacional de determinado espaço é movido basicamente pela busca de alguma atividade econômica. A ocupação do Estado do Paraná ocorreu de maneira lenta. Esse Estado começou o processo de ocupação na segunda metade do século XVI pelos espanhóis. O Paraná passou por diversos ciclos econômicos, conforme segue: ouro (século XVII); tropeirismo (século XVIII); Erva-Mate (século XIX) e da exploração da madeira (século XIX até o século XX). Por volta de 1890 emerge na região nordeste do Estado a produção do café (PADIS, 1981).

Desde o litoral até o segundo planalto paranaense foram colonizados com o modelo de Sesmarias, ou seja, alta concentração da posse da terra. A região do grande norte do Estado foi ocupada por cafeicultores paulistas, com menores taxas de concentração (PERISSATTO, 2009). Tal cenário sofre transformações com o modelo da revolução verde, com movimento de concentração fundiária. Como consequência da penetração desse modelo, tem se uma intensificação do processo já existente de êxodo rural, devido à inviabilidade econômica do modelo adotado por parte das famílias agricultoras, desse modo ocorreu à absorção das pequenas unidades de produção pelas grandes unidades. O extremo oeste/sudeste (divisa com norte da Santa Catarina, Paraguai e Argentina) teve sua colonização recente, formada por pequenos agricultores, oriundos de outros Estados. Também se inseriu no modelo conservador da agricultura, mas com consequências menores que as demais regiões do Estado (PERISSATTO, 2009).

Na década de 1970, o Paraná foi marcado pela concentração fundiária e a introdução da mecanização. O perfil agropecuário paranaense também se modificou e culturas como o

café foram substituídas pela soja e trigo, consideradas modernas e que faziam parte do pacote tecnológico da revolução verde, junto com máquinas, tratores e implementos agrícolas. Nasce outro modelo industrial, ainda dependente da agropecuária e de capital de fora do Estado. Insurge nessa época a indústria mecânica nos grandes centros, representado principalmente por Curitiba (ROLIM, 1995). Como próximo elemento de discussão da economia brasileira, tem-se o processo de relançamento da economia na inserção externa, via especialização primária e economia do agronegócio.

2.2 PRIMARIZAÇÃO E ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO

No Brasil, entre 1980 a 1990 ocorreram mudanças quanto às políticas macroeconômicas e com elas o desmonte da modernização conservadora do período militar. Sob um contexto de endividamento externo e crise cambial, inicia-se a exportação de *commodities* como estratégia econômica para a geração de saldos positivos na balança comercial. Na constituição de 1988 se incorporam elementos de proteção trabalhistas e proteção social e novos projetos de desenvolvimento rural, contrariando interesses da modernização conservadora, mas que de fato não foram efetivados (DELGADO, 2012).

Na década de 1980 o cultivo da soja não era parte do dinamismo da economia paranaense. No Estado o cultivo de trigo registrou o maior crescimento de área plantada e de produtividade nesta década. O algodão também se destacou, mas com períodos de declínios. Observa-se ainda o crescimento registrado pela avicultura, devido à ampliação do mercado interno e uma relativa estabilidade na suinocultura tendendo a taxa de decréscimo. A produção de leite teve como canal de comercialização as cooperativas. A década de 1980 foi marcada principalmente pela perda de participação agropecuária do Paraná perante o cenário nacional. Os agricultores e trabalhadores se mostraram desfavorecidos, com saldo migratório a taxas negativas e aumento da pobreza rural, o que demonstra a permanência da concentração de terras (ROLIM, 1995).

O segundo governo de Fernando Henrique Cardoso é marcado pelo relançamento do agronegócio³, a partir de políticas estruturais, como investimentos, visando criar economias externas, meios de transporte e corredores comerciais, fomento à pesquisa agropecuária (apoiada por empresas multinacionais) e pouco controle do mercado de terras, mudanças na

³ Delgado (2012) se utiliza do entendimento brasileiro para o termo agronegócio. Trata como uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Tal associação, visto como “estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra”.

política cambial e planos safra. São elementos que tornaram o agronegócio competitivo, frente ao mercado internacional. O agronegócio sobressai nas agendas governamentais no âmbito da política macroeconômica e agrícola interna. O esforço estava direcionado na obtenção de saldos na balança comercial⁴, mas nesse período não foi cumprida tal função, pois não superou o déficit da balança de serviços⁵ (DELGADO, 2012). O Estado do Paraná foi integrante do processo de transição à economia do agronegócio. Sua materialização foi rápida e demonstrou-se na concentração fundiária, com implicações nas relações de trabalho no campo, a proletarianização dos agricultores, além de migrações para outros Estados e para as cidades (ROLIM, 1995).

O cenário de relançamento ao agronegócio e comércio internacional favorável de *commodities* nos anos 2000 (demanda chinesa), teve reflexo na pauta de exportação. A mesma foi dominada no período 2000-2010, pelos produtos soja, milho, açúcar-álcool, carnes (bovina e aves), celulose de madeira e produtos minerais. Vale ressaltar a permanência do pacto de economia política do agronegócio, no governo Lula I (2003-2006), que cumpriu a função original de obter saldos comerciais. A exportação primária superou o déficit de serviços entre 2003-2007. A partir de 2008 observa-se o agravamento do déficit da balança de serviços⁶, o que torna frágil o argumento de estratégia econômica via exportações primárias, como solução ao desequilíbrio externo⁷ (DELGADO, 2012).

Sob o contexto do agronegócio, com a rearticulação de alguns complexos agroindustriais⁸, grande propriedade fundiária e políticas de Estado foram essenciais para a acumulação do capital (DELGADO, 2012). Os governos iniciados por FHC II, Lula I, Lula II (2007-2010) e Dilma I (2011-2014), deixaram o país como provedor de produtos agrícolas e minerais ao comércio externo. Por outro lado, persiste a distribuição perversa, pois os ganhos de produtividade viram rendas da terra e do capital e são apropriadas pelos proprietários da terra (DELGADO, 2012).

Com os elementos discutidos acima, observa-se que o Brasil seguiu a tendência de orientar a produção primária para a exportação. Mantendo características de elevada concentração fundiária e perfil da produção agrícola pautada na monocultura. Neste contexto de hegemonia, vale ressaltar os movimentos de contrário as tendências, como a agricultura

⁴ Inclui as exportação e importação (LOPES, VASCONCELLOS, 2011).

⁵ Representa as negociações internacionais de bens intangíveis e rendimentos de investimentos (LOPES, VASCONCELLOS, 2011).

⁶ Para Delgado (2012), o déficit observado no período 2008-2011 ocorre devido ao custo de remuneração do capital estrangeiro, frente a não compensação por saldos comerciais da exportação primária.

⁷ Delgado (2012) aborda como o déficit de serviços, como reflexo da remuneração do capital estrangeiro

⁸ Os principais Complexos Agroindustriais na economia do Agronegócio são: soja, carnes e sucoalcooleiro (DELGADO, 2012).

familiar. A agricultura familiar⁹ até o início da década de 1990 não foi beneficiada por políticas públicas específicas. Por pressões de movimentos sociais e da sociedade civil organizada, os agricultores familiares começam a serem atendidos. Em 1995 é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), como primeira política voltada a atender os agricultores familiares e os assentados da reforma agrária (COELHO, 2015).

Conforme o IBGE (2009) a agricultura familiar se destaca na produção agropecuária brasileira, revelada pelo Censo Agropecuário. Sua contribuição está atrelada a produção de alimentos básicos, de consumo dos brasileiros como a mandioca, feijão, hortaliças, leite, entre outros, o que indica uma diversidade produtiva nos estabelecimentos. No estudo de Perondi (2007), comprova-se que a diversificação, cumpre funções como a redução de riscos (relacionados à sazonalidade, produção e preço), a otimização de recursos e maior geração de renda. A contribuição da diversidade da produção pode ser indicada para a conservação dos recursos naturais, uma vez que são menos dependentes dos agroquímicos para a produção e que trazem benefícios sociais (LIN, 2011). Nos países em desenvolvimento a diversificação da produção também tem como função a garantia da segurança alimentar da família, ou seja, para a produção de subsistência (NIEHOF, 2004, apud IPEA, 2016).

O próximo item procura aprofundar-se gradativamente no eixo central desse estudo, os assentamentos rurais da reforma agrária nos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro. Observam-se os assentamentos como pertencentes à agricultura familiar e com lógica própria de reprodução social.

2.3 REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos países cuja estrutura fundiária é altamente concentrada, a reforma agrária é um elemento indispensável, para a superação de limitantes econômicos e sociais para promoção de desenvolvimento (RANGEL, 2004). No século XX as reformas agrárias apareceram nos países em desenvolvimento. Do ponto de vista histórico a reforma agrária emergiu da necessidade da resolução da questão social, oriunda da concentração de terras. Estava diretamente relacionada com as lutas, revoltas e revoluções camponesas e ainda com ações

⁹ Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, institui conceitos, princípios e instrumentos destinados a formulação de políticas públicas a agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Entende-se por agricultor familiar e empreendedor rural familiar, praticante de atividades no meio rural e que possua área maior de 4 módulos fiscais, predominância da mão-de-obra familiar (atividade econômica), percentual mínimo de renda familiar, oriundo da atividade econômica do estabelecimento e direção do estabelecimento com a família.

pontuais desempenhadas pelo Estado. Utilizavam-se dos meios da reforma agrária, para reduzir as pressões sociais advindas da concentração de terras. Exemplos de contenção das pressões sociais ocorreram, por exemplo, em Portugal e na França (OLIVEIRA, 2007). As reformas agrárias do tipo convencional que ocorrem por acordos, leis e marco legal, não apresentando a necessidade de rupturas sociais e políticas significativas foram adotadas em vários países da América Latina, inclusive no Brasil (SPAROVEK, 2003).

Segundo o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a reforma agrária é um conjunto de medidas que visa promover a melhor distribuição de terras, modificando a posse e o uso, com o intuito de atender os requisitos de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. No Brasil a reforma agrária é uma obrigação do Estado, mediante as desapropriações de terras, dentre outros mecanismos (INCRA, 2016).

A materialização da reforma agrária no território brasileiro ocorre principalmente por meio da implantação dos assentamentos rurais. Estes são um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo INCRA e entregues as famílias que não possuem condições de acesso a terra. Os assentamentos rurais proporcionam condições de moradia e de produção de alimentos e contribuem com a criação de empregos diretos e indiretos, aumento da oferta de alimentos para o mercado interno, segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida (SPAROVEK, 2003). Visualizada a importância dos assentamentos rurais da reforma agrária, percebe-se que os mesmos despontam-se como uma das formas de contribuir nos problemas observados na década de 1990, como a fome, pobreza e insegurança alimentar (MENEZES, PORTO e GRISA, 2015).

Neste contexto, emerge a segurança alimentar. O entendimento do conceito de segurança alimentar foi uma proposta em 1986, durante a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição e consolidado (em 1994) na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, conforme segue:

A garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilite a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna (BURITY et al, 2010, p.12).

Em termos de dimensão alimentar do conceito abordado acima, Burity et al (2010, p.13) comenta sobre a produção e a disponibilidade do alimento:

a) suficiente para atender a demanda; b) estável e continuada para garantir a oferta permanente, neutralizando as flutuações sazonais; c) autônoma para que se alcance a auto-suficiência nacional nos alimentos básicos; d) equitativa para garantir o acesso universal às necessidades nutricionais adequadas para manter ou recuperar a saúde nas etapas do curso da vida e nos diferentes grupos da população; e) sustentável do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural com vistas a assegurar a SAN das próximas gerações (BURITY et al, 2010, p.13).

Outra visão referente à segurança alimentar está relacionada com o acesso à terra e ainda com a falta de “informações perfeitas” do mercado sobre, por exemplo, a qualidade dos alimentos. Portanto a produção do próprio alimento poderá garantir aos que obtiveram o acesso a terra a quantidade e qualidade da alimentação das famílias (DE JANVRY et al, 2002, *apud* LEITE, 2007). Acessar a terra, associado ao ato de produção do próprio alimento, proporciona também a segurança de flutuações da economia, manifestada sob preço dos alimentos, instabilidades dos ciclos de produção e dos rendimentos da atividade agrícola e mercado de trabalho. Permite a esse tipo de agricultor a garantia da ocupação (trabalho) em sua unidade de produção (LEITE, 2007).

Retomando as considerações em torno dos assentamentos rurais, verificam-se a classificação dos mesmos em cinco tipos, que são: projetos de colonização (ocupação de áreas devolutas); reassentamentos de atingidos por barragens (compensação de famílias por serem atingidos por usinas hidrelétricas); planos estaduais de terras públicas; programas de reforma agrária (projetos de assentamentos em esfera federal), com base no Estatuto da Terra de 1964; e por fim a criação de reservas extrativista na Amazônia (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Os assentamentos rurais equivalem “a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (BERGAMASCO; NORDER, 1996). A ideia principal é a fixação dos trabalhadores excluídos da posse da terra na agricultura. Em países cujas características sejam a fome, miséria, desemprego, pobreza e exclusão social, os assentamentos rurais despontaram como alternativa na geração de emprego e renda, com outras formas de organização e reprodução social (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Os assentamentos rurais podem ser considerados estratégicos, pois distribuem de maneira pontual a terra, uma vez que a reforma agrária não foi realizada. Os assentamentos são oriundos da pressão de movimentos sociais por direitos ao acesso a terra. A conquista de um lote não significa necessariamente que a família assentada possui infra-estrutura social e produtiva adequada. A conquista da terra não é um fim em si mesmo, visto que após essa fase, a luta seguinte é para a obtenção de condições relativas aos aspectos econômicos e sociais, para torná-los produtores (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Vale ressaltar a existência da heterogeneidade nos assentamentos. Alguns apresentam precariedade, por exemplo, em infra-estrutura, constatando a ausência de políticas públicas. Quando determinadas regiões possuem um significativo número de projetos e famílias assentadas (áreas reformadas), os impactos são mais relevantes. Neste caso as potencialidades, ou seja, os resultados dos assentamentos são referentes, por exemplo, aos mercados de produtos, consumo, renda, trabalho, qualidade de vida (LEITE, 2007).

A concentração de terras provocou a partir de 1940 inúmeros conflitos agrários no Paraná, cujas bandeiras de lutas somente foram atendidas parcialmente na década de 1990. Nestes anos a crescente luta pela terra e reforma agrária obrigou o governo federal, via INCRA, a implementação de políticas de criação de assentamentos rurais a nível nacional, da qual se viu beneficiado o Paraná. O Estado possuía conforme dados de 2016 do INCRA, 329 assentamentos rurais, com 18.800 famílias assentadas (aproximadamente 75 mil pessoas), ocupando uma área aproximada de 429.771, 28 ha. A maior área reformada do Estado e do país está localizada no Território Cantuquiriguaçu, situado no Centro-Sul do PR, com uma área aproximada de 95.222 ha e 4.204 famílias assentadas (COCA, 2015).

No escopo das modificações que ocorrem do enfoque das políticas públicas durante o segundo governo Lula, emerge o Programa Territórios da Cidadania (PTC), que se valerá também da presença de assentamentos rurais nos novos recortes de intervenção. Considera-se também uma garantia de direitos sociais e econômicos em regiões desassistidas do Brasil. Foram implementados a partir de ações integradas do governo federal, estaduais e municipais. Para a efetivação dos Territórios, foram selecionados municípios com características semelhantes, em termos econômicos, ambientais, culturais e geográficos. Em 2008 foram criados sessenta Territórios, e em 2009 mais sessenta em todo o Brasil, cumprindo a meta estabelecida pelo PTC de 120 Territórios. Tiveram acesso ao programa, mais de dois milhões de pessoas, de grupos sociais diferenciados como quilombolas, assentados da reforma agrária, agricultores familiares, pescadores e comunidades tradicionais (MDA, 2009).

Alguns critérios técnicos foram utilizados para selecionar o foco de atuação do Programa Territórios da Cidadania. Os principais critérios adotados estão em torno de menores índices de IDH, maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, Programa Bolsa Família, municípios com baixo dinamismo econômico, entre outros elementos. Em 2008 foram criados no Estado do Paraná dois Territórios da Cidadania, Cantuquiriguaçu e Vale do Ribeira. Em 2010 foram criados os Territórios Norte Pioneiro e Paraná Centro (MDA, 2009).

A seguir é apresentada a contextualização do objeto de estudo do presente trabalho, em relação aos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro.

2.3.1 Reforma Agrária e Territórios da Cidadania

O Território Cantuquiriguaçu está localizado na Mesorregião Centro-Sul paranaense, com uma área de 13.947,73 km² e população de 233.973 habitantes. Os municípios que compõem o Território são: Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond (IPARDES, 2007).

Como aspectos ambientais do Território Cantuquiriguaçu, vale destacar a formação dos biomas Ombrófila Mista, Floresta Estacional Semidecidual e os Campos Naturais. Um Território que apresenta vários níveis de declividades. Como temperaturas que predominam em média de 11°C a 28°C. Aproximadamente 62,6% do solo do Território são considerados inaptos, devido a riscos de erosão. Quanto ao uso do solo se destaca, por exemplo, a agricultura intensiva, capoeira, floresta nativa, pastagem e reflorestamento (IPARDES, 2007).

O processo de ocupação do atual Território Cantuquiriguaçu, está diretamente ligado a ocupação do município de Guarapuava. Ocorreram de maneira irregular em três frentes, a iniciativa oficial, particular e a ocupação das terras devolutas. A área onde atualmente está o município de Laranjeiras do Sul era habitada por indígenas, logo a ocupação trouxe um confronto cultural e os indígenas foram empurrados para o sertão. A atividade econômica que se destacou foi à erva-mate, com investimentos de empresas argentinas (IPARDES, 2007). As criações de estradas ocorreram mediante o tropeirismo e que beneficiou a região do Território. A região de Guarapuava chegou a ocupar ¼ do Estado do Paraná e com seu desmembramento permitiu o surgimento de vários municípios e entre eles os vinte municípios que formam o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. (IPARDES, 2007).

No Território Cantuquiriguaçu os movimentos migratórios no final do século XX eram formados por imigrantes eslavos e italianos. Em torno de 1950 foi observada a chegada de imigrantes gaúchos e catarinenses no Estado. Já a partir de 1990 emergem com maior intensidade os assentamentos rurais no Território Cantuquiriguaçu. Os mesmos estavam ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (IPARDES, 2007).

O Território da Cidadania Norte Pioneiro (outro recorte espacial estudado), está localizado em área de transição entre o segundo e terceiro planalto paranaense. Sua área

territorial equivale a 10.436.35 km². O mesmo é formado por 29 municípios, que são: Abatiá, Carlópolis, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Guapirama, Ibaí, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Pinhalão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São José da Boa Vista, Sapopema, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz. Somam-se nos municípios 306.502 habitantes (IPARDES, 2007).

Os aspectos ambientais do Território Norte Pioneiro, são compostos por um bioma de Floresta Estacional Semidecidual, Ombrófila Mista, Campos Naturais e Cerrados. As temperaturas (em termos médios) variam de 13°C a 31°C. Em torno de 52,1% do solo do Território são considerados inaptos por riscos de erosão. E quanto ao seu uso é caracterizado pela ocupação principalmente por pastagens, agricultura, matas e capoeiras (IPARDES, 2007).

A ocupação do Território Norte Pioneiro foi no período colonial, em meados do século XIX. Sua expansão ocorreu principalmente por estar localizada na rota de ligação do litoral com outras províncias e a imigração de fazendeiros mineiros e paulistas, em vistas das grandes extensões de terras férteis para a produção. Desde o princípio de sua ocupação, a atividade econômica de destaque foi o café e em menor quantidade a criação de gado. Devido a essas características iniciais, ligados aos aspectos produtivos, ocorreu um insuficiente povoamento da região. Apenas no século XX o Território recebeu maior concentração populacional, devido à expansão da fronteira para o norte central e noroeste paranaense. De acordo com dados da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab-PR), as principais atividades econômicas do período 2003-2005 foram bovinos, aves, soja, milho, cana de açúcar, café, trigo, leite entre outros (IPARDES, 2007)

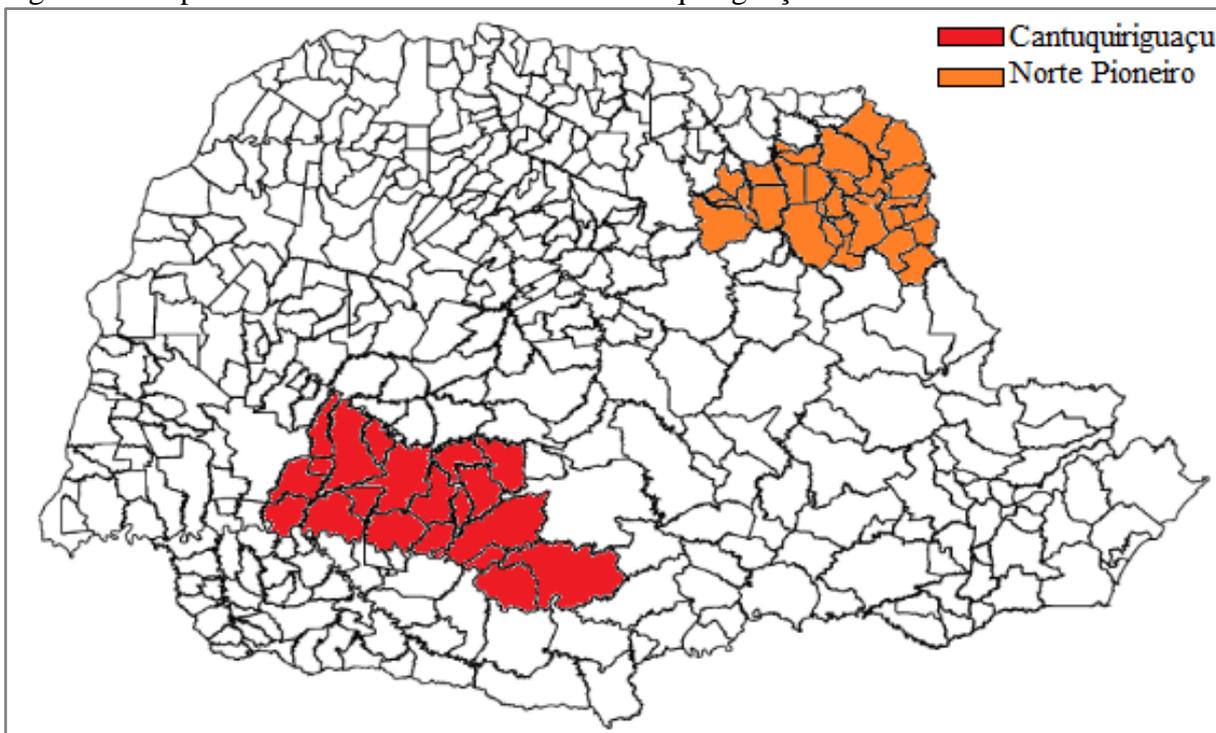
3 METODOLOGIA

As ciências são caracterizadas principalmente pela utilização do método científico. Este constitui um conjunto de atividades sistemáticas, que proporcionam o alcance do objetivo proposto. Aborda o delineamento do caminho a ser seguido, na busca de conhecimento verdadeiro e com validade científica (MARCONI e LAKATOS, 2003).

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto ao delineamento a pesquisa é categorizada como descritiva, os objetivos da pesquisa descritiva são definidos por Gil (2008) como a descrição de fenômenos, população, ou ainda no estabelecimento de relações entre as variáveis que serão utilizadas, ou seja, preocupa-se em apresentar as características do objeto de estudo. Visando atingir o objetivo geral se estabelece como área de estudo os Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro, conforme estão representados na Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Mapa dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro em 2017



Fonte: IBGE, 2017.

Nota: Adaptado pelo autor.

Os critérios de escolha dos Territórios estudados foram quanto à participação no Programa Territórios da Cidadania; presença de assentamentos da reforma agrária, diferença

na formação histórica, condições climáticas e ambientais. Diante dos critérios e a escolha dos Territórios, poderão fornecer elementos ao estudo sobre o comportamento da estrutura fundiária e o perfil da produção agropecuária.

A escolha do período de coleta dos dados (1995/96 e 2006) foi em relação aos dois últimos Censos Agropecuários e também se observa que a partir de 1990 foram implantados assentamentos rurais da reforma agrária a nível nacional, em função das pressões dos movimentos sociais (SERRA, 1996). Nesse processo o Território Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro foi beneficiado com a instalação de assentamentos, com possibilidades de influenciarem na desconcentração de terras e na produção agropecuária nos municípios em que estão inseridos.

3.2 PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS

Quanto à coleta de dados, tem-se uma pesquisa documental (GIL, 2008) que utilizou dados de fonte secundária, haja vista a utilização de materiais que não utilizaram tratamentos analíticos (GIL, 2008; MARCONI E LAKATOS, 2003). Os dados foram coletados das pesquisas estatísticas do recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2006 e INCRA.

Na utilização desses dados foram consideradas as mudanças de metodologia para o Censo Agropecuário de 2006, quando comparado ao Censo Agropecuário anterior. Neste sentido serão retomadas as observações apontadas por França, Grossi e Marques (2009), particularmente no que se refere à coleta de dados, passou do ano agrícola, para o ano civil, pelo que os dois Censos Agropecuários (1995/1996 e 2006) não são necessariamente comparáveis em todos os quesitos. As alterações devem ser levadas em consideração, haja vista subestimação da área cultivada para 2006, em função da coleta de dados ter ocorrido no período entre o plantio e a colheita.

Para a apreciação da estrutura fundiária os dados serão coletados do IBGE, para os anos de 1996 e 2006 a partir das informações do Índice Gini da Terra. Nos dados para o perfil da produção agropecuária foram utilizados as informações do ano de 2006 do Censo Agropecuário para os Territórios estudados (Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro). Com o Quadro 1 tem-se o formato de coleta de dados.

Quadro 1- Metodologia, descrição e adaptações para a coleta dos dados para o ano de 2006

Metodologia	Descrição e adaptações
CONSEA (2010)	Produtos agrícolas consumidos no mercado interno: arroz, feijão, milho, trigo e mandioca.
CONSEA (2010)	Principais produtos (contribuição percentual, igual ou maior que 5%) dos assentados. Esse método foi utilizado para lavoura temporária, permanente e horticultura. O outro produto agrícola de exportação: soja.
Padilha Júnior, Mendes (2007)	Produção animal e de origem animal: suíno, bovino, aves e leite.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Nos dados coletados de produtos agrícolas de consumo interno foram utilizados as informações do CONSEA (2010). Os produtos são: arroz, feijão, milho, trigo e mandioca. Na coleta dos dados para os principais alimentos, produzidos, considerou-se a contribuição percentual (igual ou maior que 5%), produzidos pelos assentados. Esse método foi utilizado para as lavouras temporárias e permanentes e horticultura. Por fim as principais produções de origem animal para Padilha Júnior e Mendes (2007) são a carne suína, carne bovina, carne de frango e leite. Também se verificou a produção da soja.

Os assentados sem titulação definitiva referem-se a estabelecimentos oriundos de projetos de assentamentos. Os ocupantes são caracterizados pela ocupação, posse ou cessão da terra (IBGE, 2009). Para fins de análise o IBGE (2009) aconselha o uso do somatório entre as categorias de assentado sem titulação definitiva e ocupante.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISES DOS DADOS

O estudo é predominantemente qualitativo, uma vez da interpretação descritiva das variáveis, como o Índice de Gini e perfil da produção agropecuária. Quanto à estrutura fundiária obteve-se o Índice de Gini para os municípios, a média dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro, Paraná e Brasil, para os anos de 1995/96 e 2006. Esses são oriundos de cálculos elaborados pelo IBGE. O Índice de Gini varia de 0 a 1, visto que 0 indica a perfeita igualdade e 1 a completa desigualdade (HOFFMANN, 2006). O Índice de Gini foi interpretado conforme segue a escala, posta por Câmara (1949) apud Medeiros (2010) apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Classificação das faixas do Índice de Gini

Faixa do IG	Classificação
0,000 a 0,100	Concentração nula
0,001 a 0,250	Concentração nula a fraca
0,251 a 0,500	Concentração fraca a média
0,501 a 0,700	Concentração média a forte
0,701 a 0,900	Concentração forte a muito forte
0,901 a 1,000	Concentração muito forte a absoluta

Fonte: Câmara, 1949, apud Medeiros (2010).

O Índice de Gini é uma medida de concentração ou de desigualdade e pode ser utilizada para qualquer distribuição estatística, assim esse método pode ser aplicado na determinação da concentração da propriedade da terra (HOFFMANN, 2006). Com o Quadro 2, é possível interpretar o Índice de Gini, visto que demonstra os níveis de concentração da posse da terra em área específica.

Para a determinação da quantidade produzida de produto agropecuário (por tipo de produtor) foi realizada uma análise vertical. Essa análise permite segundo Matarazzo (2007), mostrar a importância de cada item perante o total da categoria. Foi considerada a contribuição percentual (%). As discussões dos resultados foram em torno da diversificação da produção agrícola, produção de alimentos e segurança alimentar. Outro elemento para a discussão foi em relação à possibilidade de avanço da produção de *commodities*, em diferentes tipologias de agricultores.

Quanto à quantidade produzida e a respectiva contribuição percentual dos assentados, frente ao total de ambos os tipos de produtores, localizados nos Territórios. As quantidades produzidas dos demais tipos de produtores correspondem aos: proprietário, arrendatário, parceiro e produtor sem área e que não estão explícitos, visto não serem o foco do presente trabalho. Por fim foram elaborados tabelas e gráficos para melhor visualizar os resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este tópico está subdividido em duas partes. A primeira relata a estrutura fundiária dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro, bem como o Índice de Gini da Terra. A segunda o perfil agropecuário e as possibilidades de discussão em torno da diversificação da produção agrícola, produção de alimentos, segurança alimentar e avanço da produção de *commodities*.

4.1 ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

A estrutura fundiária brasileira é caracterizada pela concentração como colocado por Prado Júnior (1979). Para visualizar se o processo nacional é repassado ao contexto do Território Cantuquiriguaçu, foi elaborada a Tabela 1. Foram encontrados os tipos de estabelecimentos agropecuários, bem como o número total e a área ocupada para o ano de 2006, com o intuito de melhor visualizar a distribuição das terras.

Tabela 1 - Condição do produtor, número e área dos estabelecimentos agropecuários no Território Cantuquiriguaçu em 2006

Condição do produtor	Número de estabelecimentos	(%)	Área dos estabelecimentos	(%)
Proprietário	17.836	70,05	967.209	89,59
Assentado sem titulação definitiva	3.590	14,10	52.785	4,89
Ocupante	1.780	6,99	22.506	2,08
Arrendatário	1.034	4,06	31.087	2,88
Parceiro	240	0,94	6.028	0,56
Produtor sem área	983	3,86	-	-
Total	25.463	100	1.079.615	100

Fonte: IBGE, 2006.

Observa-se com a Tabela 1 que a categoria de proprietários possui aproximadamente 70,05% do total dos estabelecimentos agropecuários e controlam aproximadamente 89,59% da área total dos estabelecimentos. Os assentamentos sem titulação e ocupantes possuem aproximadamente 21,09% dos estabelecimentos agropecuários e controlam 6,97% da área. Com esses dados não é possível fazer afirmações quanto à concentração da estrutura fundiária, pois na categoria proprietários se enquadra diferentes tipos de agricultores, como diferentes tamanhos de área.

Como tentativa de lançar apontamentos referentes à estrutura fundiária do Território Cantuquiriguaçu, foram buscados os dados do Índice de Gini da Terra, junto ao IBGE. Referem-se aos anos de 1995/1996 e 2006. Tem-se assim o esboço dos apontamentos gerais em relação à concentração de terras nos municípios do Território Cantuquiriguaçu (Paraná e Brasil) conforme segue na Tabela 2.

Tabela 2 - Índice de Gini da Terra dos municípios do Território Cantuquiriguaçu, Paraná e Brasil para os anos de 1995/96 e 2006

Município	Índice de Gini da Terra	
	1995/96	2006
Campo Bonito	0,787	0,796
Candói	0,801	0,805
Cantagalo	0,692	0,729
Catanduvras	0,743	0,742
Diamante do Sul	0,822	0,797
Espigão Alto do Iguaçu*	0,660	0,669
Foz do Jordão*	0,817	0,884
Goioxim*	0,665	0,715
Guaraniaçu	0,800	0,786
Ibema	0,805	0,796
Laranjeiras do Sul	0,663	0,726
Marquinho*	0,724	0,717
Nova Laranjeiras	0,770	0,748
Pinhão	0,756	0,766
Porto Barreiro	0,576	0,681
Quedas do Iguaçu	0,818	0,744
Reserva do Iguaçu*	0,822	0,848
Rio Bonito do Iguaçu	0,850	0,423
Três Barras do Paraná	0,660	0,674
Virmond	0,518	0,554
Média do Território	0,737	0,730
Média no Paraná	0,741	0,770
Média no Brasil	0,856	0,872

Fonte: IBGE, 2006.

Nota: Municípios identificados com * não eram instalados em 1995/96, contudo o IBGE fornece cálculos do Índice de Gini.

O Índice de Gini da Terra apresentado acima, realizado pelo IBGE, utilizou dados do Censo Agropecuário de 1995/96 e de 2006. São dados de quantidade de unidades e tamanho da área por cada estrato de área. Visualiza-se o grau de concentração de terras em determinado local de estudo. Com a Tabela 2 verifica-se que os municípios que tinham maiores concentrações de terras em 1995/96 eram: Candói (0,801), Diamante do Sul (0,822), Foz do Jordão (0,817), Guaraniaçu (0,800), Ibema (0,805), Quedas do Iguaçu (0,818), Reserva do Iguaçu (0,822) e Rio Bonito do Iguaçu (0,850). Pontua-se que para o ano de

1995/96 o Território Cantuquiriguaçu contava com uma média de concentração fundiária (0,737) abaixo das médias paranaense (0,741) e nacional (0,856).

Para os anos 1995/96, observa-se a existência da concentração de terras, classificada inicialmente em um intervalo de média a forte e com aproximação da concentração muito forte. São aspectos que indicam uma estrutura fundiária concentrada, ou seja, a propriedade de grandes áreas de terras é controlada por reduzido número de pessoas.

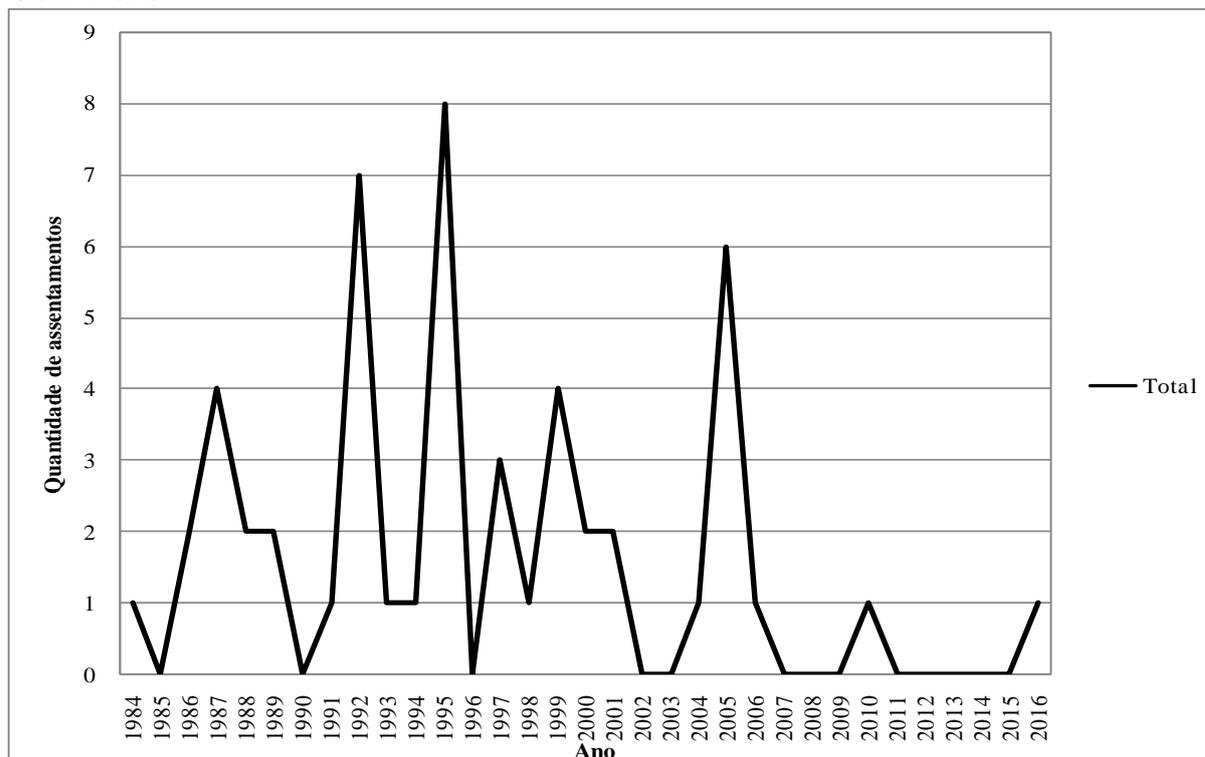
Aproximadamente dez anos após o Censo de 1995/96 os dados de concentração fundiária para o Território Cantuquiriguaçu passaram por mudanças. Municípios como Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Laranjeiras do Sul, Pinhão, Porto Barreiro, Reserva do Iguaçu, Três Barras do Paraná, e Virmond apresentaram aumentos de concentração da propriedade da terra. Outros municípios como Catanduvas, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Marquinho, Nova Laranjeiras, Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu apresentaram uma melhora considerável em sua estrutura fundiária, com evidências de desconcentração. Em termos médios, em 2006 o Território se afirmou menos concentrado (0,730) que o restante do Estado (0,770) e da Federação (0,872). Mesmo com esses apontamentos é nítido que a média permanece no intervalo classificado de concentração forte a muito forte.

Conforme supõe Sparovek (2003), que a existência de assentamentos rurais da reforma agrária contribui para a ocorrência pontual da desconcentração da propriedade da terra. Diante de tal afirmação, percebe-se que nos municípios com áreas de assentamentos, como o caso de Marquinho, Nova Laranjeiras, Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu, mostraram desconcentração da terra. O município de Rio Bonito do Iguaçu apresentou a principal melhora do Índice de Gini, visto que em 1995/96 estava em 0,850 e passa em 2006 para 0,423. Este fenômeno pode estar ligado ao processo de implantação de dois projetos de assentamentos, que são: Ireno Alves dos Santos (1997) e Marcos Freire (1998). Os dois assentamentos foram implantados posteriormente ao Censo de 1995/96 e anterior ao de 2006, ou seja, no intervalo de tempo estudado.

As áreas de assentamentos rurais estão presentes em quatorze municípios do Território Cantuquiriguaçu. Nesse Território Coca (2013) relata a existência de três tipos de assentamentos rurais, a saber: Projeto de Colonização Oficial (PC), Projeto de Assentamento Rural (PA) e Projeto de Reassentamento de atingidos por barragens (PRB).

Para melhor avistar os assentamentos rurais no Território Cantuquiriguaçu, estão organizados no Gráfico 1 a evolução do número de assentamentos (todos os tipos de assentamentos), desde o início das instalações em 1984 até o mais recente em 2016.

Gráfico 1 - Evolução do número de assentamentos rurais no Território Cantuquiriguaçu de 1984 a 2016



Fonte: INCRA, 2017.

Com Gráfico 1 é possível observar que o primeiro assentamento rural instalado no Território Cantuquiriguaçu, foi em 1984. Os anos de maiores quantidades de assentamentos efetivados foram em 1992, 1995, 1999 e 2005. No decorrer do tempo, visualiza-se que em vários anos não ocorreram assentamentos, como em 1990, 1996, 2001, 2002, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. O ano de 1995 se sobressai frente aos demais anos, em quantidade de assentamentos instalados, que alcançou oito novos assentamentos rurais do tipo PA.

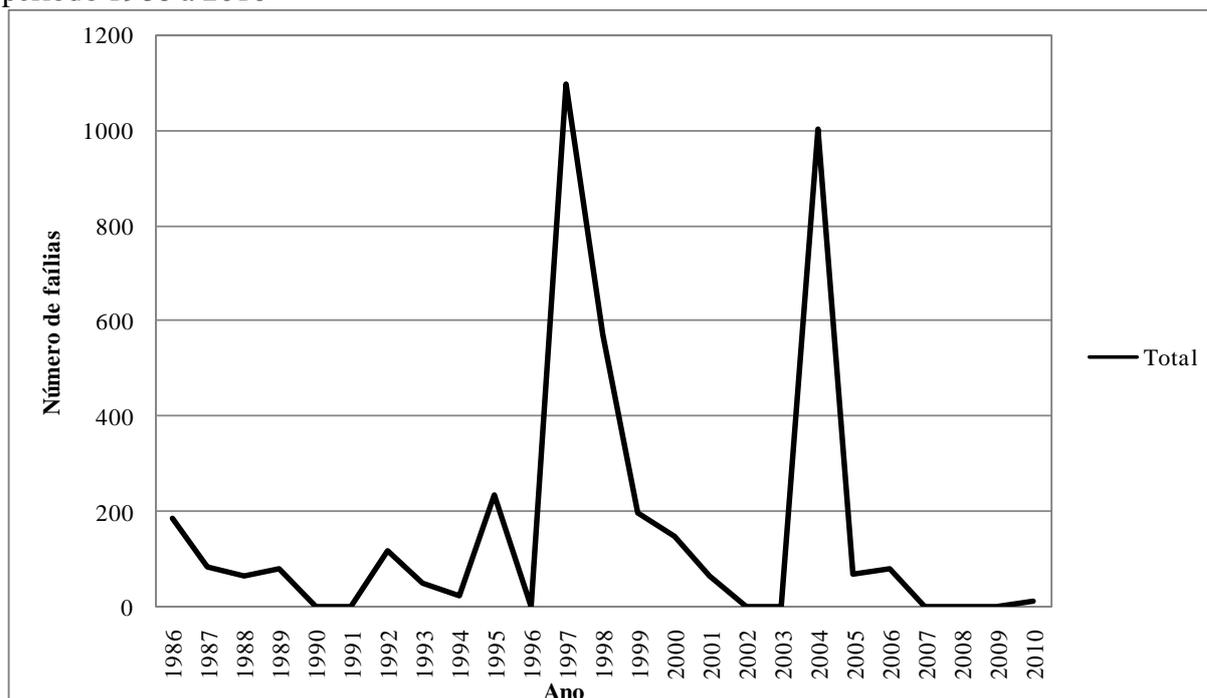
É verificada atualmente, a existência de 51 assentamentos. Desses contabiliza-se a existência de apenas 1 PC (PC Ilhéus, localizado no município de Candói, instalado em 1984); 5 PRB, implantados nos municípios de Campo Bonito, Catanduvás e Três Barras do Paraná, ambos no ano de 2005; 45 PA's, distribuídos pelos municípios do Território Cantuquiriguaçu. Os PA's estão presentes em treze municípios do Território Cantuquiriguaçu, que são: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Espigão Alto do Iguaçu, Goixim, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Três Barras do Paraná.

Constata-se que no intervalo de tempo de coleta de dados dos Censos Agropecuários 1995/96 e 2006, aproximadamente dezoito PA's foram instalados. Essa quantidade de

assentamentos instalados nesse período equivale a 40% do total dos PA's fixado no Território atualmente. Pontua-se assim a possibilidade da ocorrência da desconcentração de terras, pela instalação dos assentamentos, verificados nos municípios de Catanduvas (um assentamento, este do tipo PRB), Nova Laranjeiras (dois assentamentos), Quedas do Iguaçu (um assentamento) e Rio Bonito do Iguaçu (três assentamentos).

O mesmo movimento de desconcentração de terras em locais com a presença de assentamentos não foram observados nos municípios de Candói (três assentamentos), Cantagalo (três assentamentos), Laranjeiras do Sul (um assentamento), Pinhão (um assentamento) e Três Barras do Paraná (um assentamento). Emerge a expectativa de que o tamanho da área e a quantidade de assentamentos, que podem trazer a desconcentração da terra, em espaços que se materializaram. Dado esta condição o gráfico 2 apresenta, o número de famílias assentadas e o Gráfico 3 a área ocupada ao longo do tempo.

Gráfico 2 - Número de famílias assentadas em PA's no Território Cantuquiriguçu, no período 1986 a 2010



Fonte: INCRA, 2017.

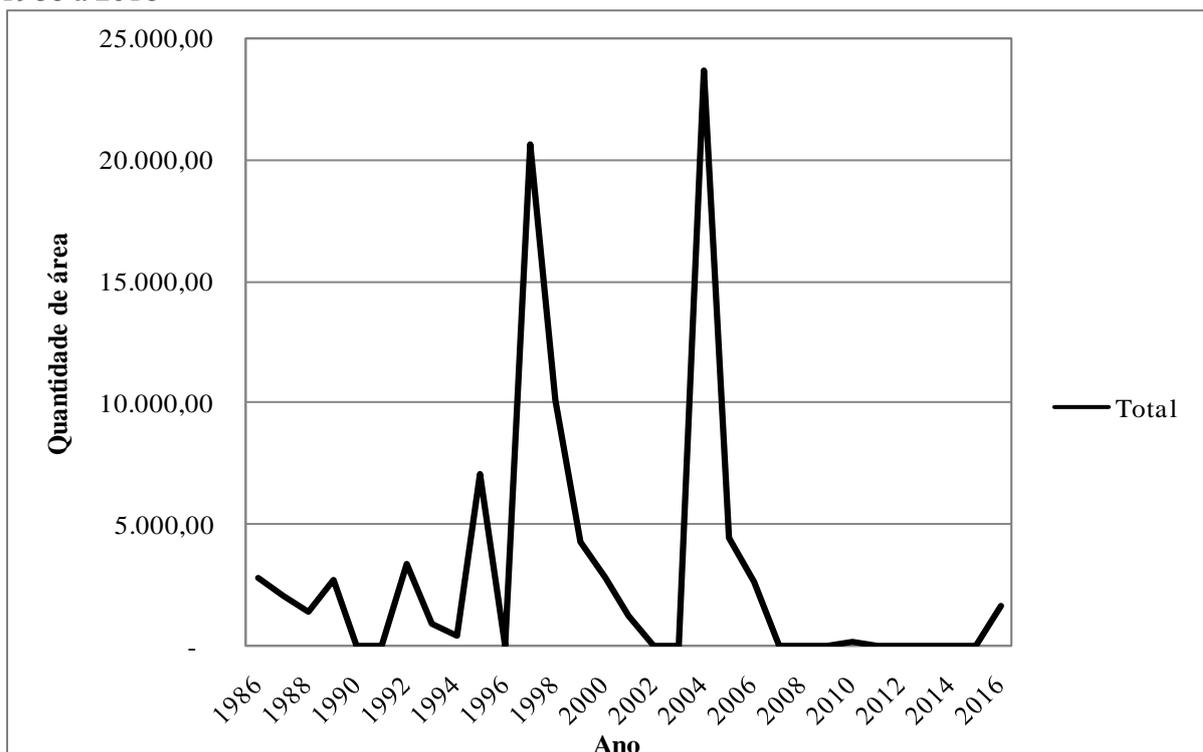
No Gráfico 2, verifica-se que em relação aos PA's, seu início de instalação refere-se a 1986, com últimas famílias assentadas em 2010. Em 2016 consta o registro de um PA, mas este sem famílias assentadas. Com o Gráfico 2 é notável que o maior número de famílias, e conseqüentemente de lotes, foram instalados entre 1995 a 2006, coincidindo com a temporalidade desse estudo. Neste período estudado, foram assentadas de acordo com o Incra

(2017) cerca de 3.470 famílias. Destacam-se atualmente quanto ao número de famílias assentadas os municípios de Rio Bonito do Iguaçu (1.575 famílias) e Quedas do Iguaçu (1.070 famílias).

Existem atualmente em PA's, aproximadamente 4.083 famílias assentadas no Território Cantuquiriguaçu (INCRA, 2017) Desse total, aproximadamente 64,78% das famílias estão concentrados nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu. Uma possibilidade que se desdobra a partir da entrada de pessoas, como por exemplo, em Rio Bonito do Iguaçu, foi demonstrada no estudo de Santos (2014), a melhora de indicadores socioeconômicos, emprego e renda e a possibilidade de dinamismo da economia local.

Com o intuito de reforçar a ideia de capacidade dos assentamentos em contribuir na desconcentração, medido pelo Índice de Gini da Terra, o Gráfico 3 retrata a evolução da área de assentamentos de 1986 a 2016 no Território Cantuquiriguaçu.

Gráfico 3 – Evolução quantidade da área de PA's no Território Cantuquiriguaçu no período 1986 a 2016



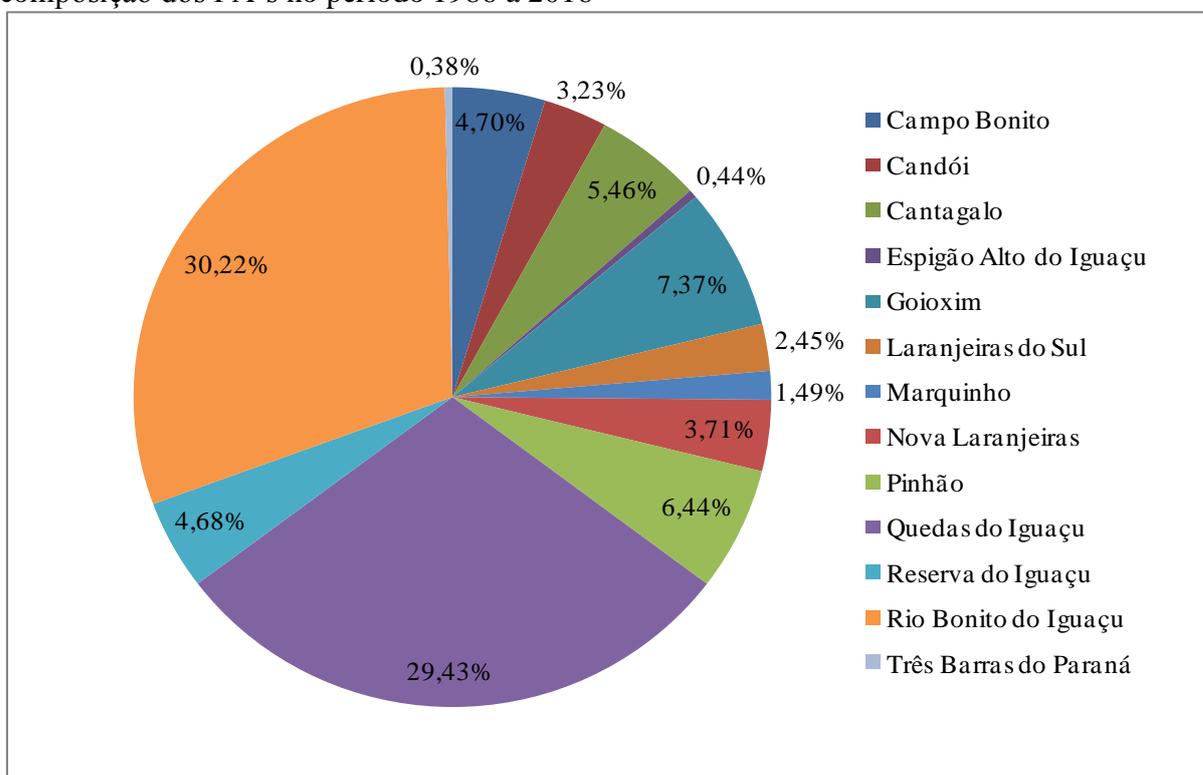
Fonte: INCRA, 2017.

O Gráfico 3 demonstra a área total (de cada ano) destinada aos PA's no Território Cantuquiriguaçu. Tem-se a nitidez que as maiores áreas de terras destinadas à reforma agrária foram no período de 1995 a 2006. Neste intervalo temporal aproximadamente 77.025,83 hectares de terras foram divididos e assim desconcentrou terras, especificamente nos

municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu. Juntos os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu totalizam 59,65% da área de PA's do Território Cantuquiriguaçu. Atualmente no Território Cantuquiriguaçu, tem-se uma área de assentamentos rurais da reforma agrária de aproximadamente de 92.598,12 hectares.

Com o intuito de averiguar a presença de PA's no Território Cantuquiriguaçu, o Gráfico 4 exprime à participação relativa de cada um dos treze municípios que possuem PA's na composição de famílias assentadas. Tem-se, portanto a participação relativa de cada município perante o Território Cantuquiriguaçu.

Gráfico 4 - Participação relativa das famílias dos municípios do Território Cantuquiriguaçu na composição dos PA's no período 1986 a 2016



Fonte: INCRA, 2017.

O processo de luta pela terra em âmbito nacional, também se manifestou no Território Cantuquiriguaçu, visto a ocupação de uma área de aproximadamente 92.598,12 ha, com a divisão de lotes de terras para 4.083 famílias, distribuídos em 45 PA's, conforme informações do Incra (2017). Na participação total dos municípios que compõem o Território estudado se destacam em quantidade de área e número de assentados os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu.

Na sequência pretende-se caracterizar a estrutura fundiária do Território Norte Pioneiro, com o mesmo método utilizado no Território Cantuquiriguaçu.

4.2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO NORTE PIONEIRO

Com o intuito de comparação entre os Territórios Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro, estão apresentados na sequência os dados da estrutura fundiária deste último. Com a Tabela 3 tem-se o número de estabelecimentos agropecuários e a área dos mesmos, bem como suas respectivas representações em termos percentuais, para os diferentes tipos de produtores, para o recorte espacial.

Tabela 3 - Condição do produtor, número e área dos estabelecimentos agropecuários no Território Norte Pioneiro em 2006

Condição do produtor	Número de estabelecimentos	(%)	Área dos estabelecimentos	(%)
Proprietário	17.567	81,82	830.219	92,36
Assentado sem titulação definitiva	815	3,80	13.339	1,48
Ocupante	781	3,64	6.289	0,70
Arrendatário	1.405	6,54	39.302	4,37
Parceiro	708	3,30	9.786	1,09
Produtor sem área	193	0,90	-	-
Total	21.469	100,00	898.934	100,00

Fonte: IBGE, 2006.

No Território da Cidadania Norte Pioneiro observa-se que aproximadamente 81,82% do número total de estabelecimentos agropecuários pertencem à modalidade de proprietários, com uma área de 92,36% em relação ao total. Os assentados sem titulação definitiva e ocupante apresentaram-se com 7,44% dos estabelecimentos e com o controle de uma área que corresponde a 2,18% do total de estabelecimentos agropecuários. Os arrendatários apresentam uma parcela significativa de 6,54% do total das unidades e com 4,37% da área total.

Em termos comparativos, o Território Cantuquiriguaçu possui maior número de estabelecimentos agropecuários (25.463) que o Território Norte Pioneiro (21.469). Também o Território Cantuquiriguaçu possui maior número de assentamentos, pois representam perante o total dos estabelecimentos aproximadamente 21,09%, enquanto que no Norte Pioneiro essa categoria está em torno de 7,44%.

Na sequência foi apresentado o Índice de Gini para os municípios do Território Norte Pioneiro, bem como sua média, junto com o Estado e o país. A finalidade principal era de mensurar o nível de concentração das terras para os anos de 1995/96 e de 2006. Com a Tabela 4, evidencia-se os municípios do Território Norte Pioneiro, nos anos 1995/96 e 2006, com

seus respectivos Índices de Gini da terra.

Tabela 4 - Índice de Gini da Terra dos municípios do Território Norte Pioneiro, Paraná e Brasil para os anos de 1995/96 e 2006

Município	Índice de Gini da Terra	
	1995/96	2006
Abatiá	0,659	0,604
Carlópolis	0,681	0,696
Congonhinhas	0,769	0,809
Conselheiro Mairinck	0,777	0,813
Guapirama	0,742	0,780
Ibaiti	0,784	0,799
Jaboti	0,641	0,668
Jacarezinho	0,823	0,887
Japira	0,720	0,743
Joaquim Távora	0,742	0,763
Jundiá do Sul	0,775	0,827
Nova Fátima	0,777	0,584
Nova Santa Bárbara	0,684	0,766
Pinhalão	0,806	0,757
Quatiguá	0,588	0,569
Ribeirão Claro	0,776	0,795
Ribeirão do Pinhal	0,752	0,785
Salto do Itararé	0,600	0,632
Santa Amélia	0,722	0,753
Santa Cecília do Pavão	0,622	0,594
Santana do Itararé	0,694	0,705
Santo Antônio da Platina	0,735	0,740
Santo Antônio do Paraíso	0,762	0,754
São Jerônimo da Serra	0,808	0,755
São José da Boa Vista	0,633	0,651
Sapopema	0,760	0,775
Siqueira Campos	0,698	0,749
Tomazina	0,729	0,750
Wenceslau Braz	0,616	0,676
Média do Território	0,720	0,730
Média no Paraná	0,741	0,770
Média no Brasil	0,856	0,872

Fonte: IBGE, 2006.

Nota: Dados organizados pelo autor.

O Índice de Gini da Terra para os municípios do Território Norte Pioneiro apresentam em média concentração na faixa de forte a muito forte. Leva-nos a pontuar também a alta concentração de terras nesse recorte. Vale ressaltar que o Território encontra-se abaixo dos níveis médios de concentração do Paraná e do Brasil, para os anos de 1995/96 e 2006.

Os municípios em 1995/96 com os maiores índices de concentração foram:

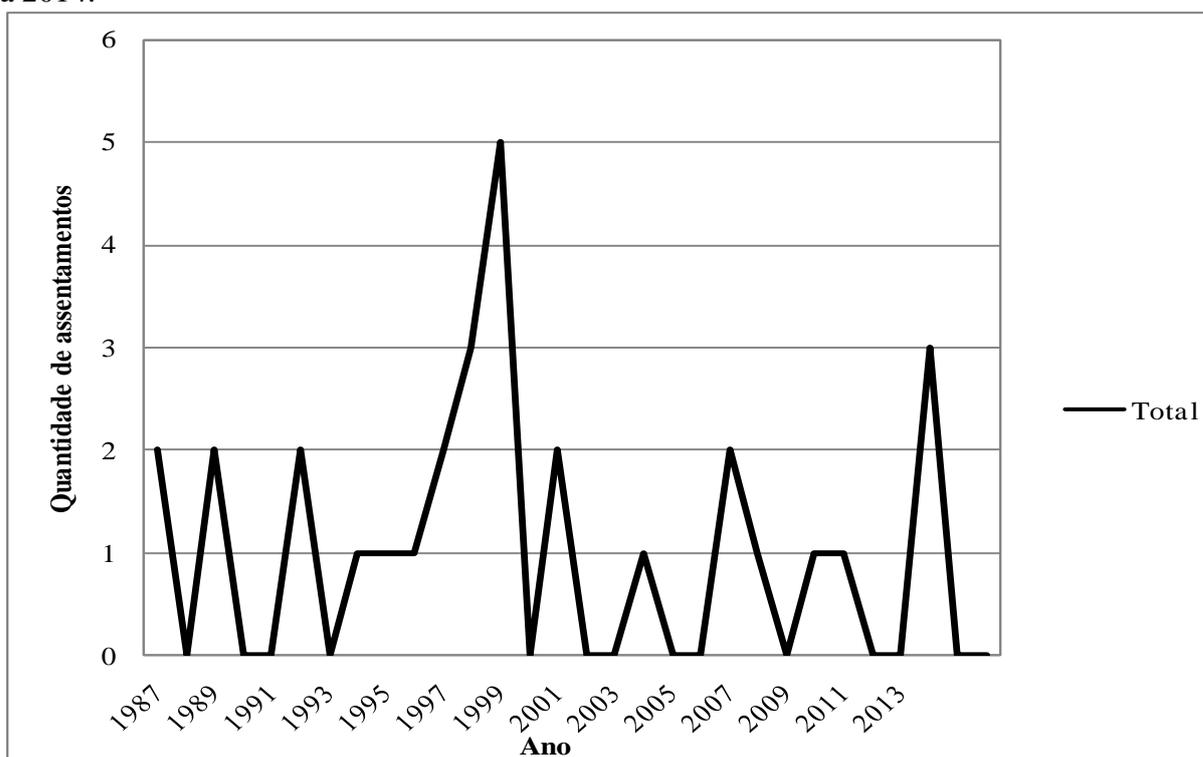
Jacarezinho (0,823), Pinhalão (0,806) e São Jerônimo da Serra (0,808). Os municípios que ficaram com os menores Índices de Gini foram: Quatiguá (0,588), Salto do Itararé (0,600) e Wenceslau Braz(0,612). Evidencia-se que mesmo os municípios que possuem menores concentrações, estão na faixa de concentração média a forte.

No ano de 2006 o município de Jacarezinho permaneceu com alta concentração de terras e atingiu 0,887. Outros municípios atingiram altas concentrações como a exemplo de Congonhinhas (0,809), Conselheiro Mairinck (0,813) e Jundiá do Sul (0,827). Para este ano os municípios com maior desconcentração foram Nova Fátima (0,584), Santa Cecília do Pavão (0,594) e Abatiá (0,604).

Do Censo Agropecuário de 1995/96 para o de 2006 é notável o aumento da concentração de terra no Território Norte Pioneiro. Registrou-se em termos médios no primeiro 0,720 e no segundo 0,730. Apenas seis municípios registraram melhoras, sendo que os mais significativos foram Abatiá, Nova Fátima e São Jerônimo da Serra. Os demais municípios apresentaram aumento na concentração da propriedade da terra.

Para verificar a presença de assentamentos no Território Norte Pioneiro, foi elaborado o Gráfico 5. O mesmo tem o intuito de observar a evolução no período desde que os assentamentos emergiram, até as últimas instalações registradas.

Gráfico 5 - Evolução do número de assentamentos rurais no Território Norte Pioneiro de 1987 a 2014.



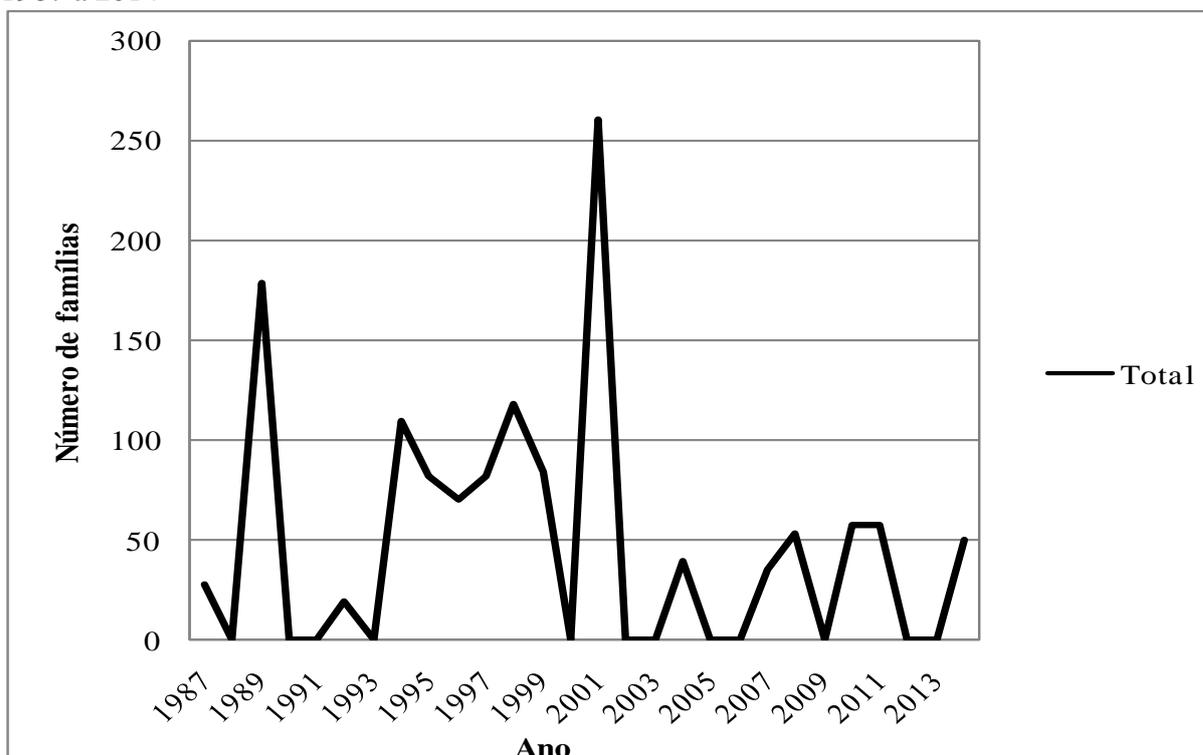
Fonte: INCRA, 2017.

Com o Gráfico 5, observa-se a evolução na quantidade de assentamentos rurais no Território Norte Pioneiro, desde 1987 até 2014, ano que se instalam os três últimos. Existem até o período recente, trinta assentamentos rurais e todos são classificados como PA's.

No intervalo de tempo correspondente a essa pesquisa (1995-2006), verifica-se a instalação de diversos assentamentos, em torno de quinze, ou seja, a metade do total dos PA's. O ano de 1999 se destacou pelo maior número de criação de assentamentos (seis). Outro aspecto visível refere-se aos diversos anos que não ocorreram iniciativas de instalação de novos PA's, como em 1988, 1990, 1991, 1993, 2000, 2002, 2003, 2005, 2006, 2009, 2012, 2013, 2015 e 2016.

Com os dados acima, tem-se apenas a afirmação que, no período examinado, ocorreram uma significativa instalação de PA's. Para melhor examinar esses pontos foi elaborado o Gráfico 6. O mesmo se refere à quantidade de famílias assentadas no Território Norte Pioneiro, no período de 1987 a 2014.

Gráfico 6 - Número de famílias assentadas em PA's no Território Norte Pioneiro, no período 1987 a 2014



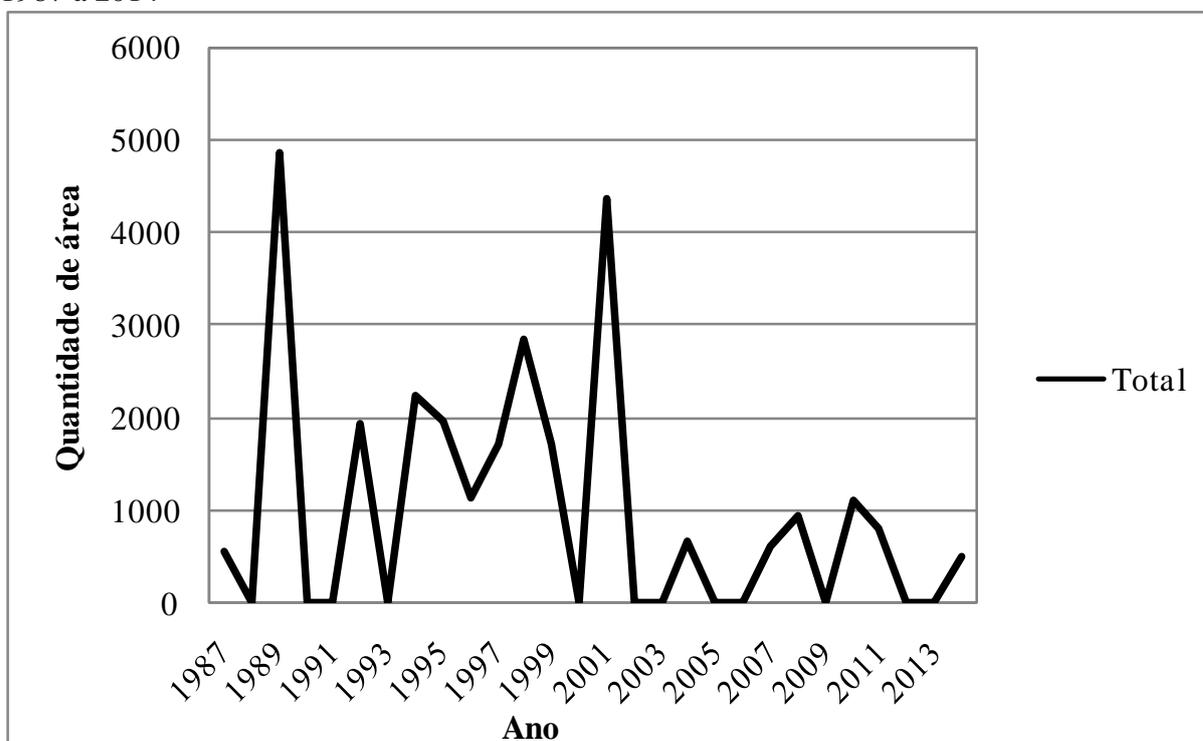
Fonte: INCRA, 2017.

O Gráfico 5 apresenta uma visão geral da quantidade de famílias que foram assentadas no Território Norte Pioneiro até recentemente. Em 1989, aproximadamente 179 famílias foram assentadas. Observa-se que a maioria das famílias foi assentada no período estudado

(55,50%). O destaque da maior quantidade de famílias assentadas foi em 2001, com aproximadamente 261. Atualmente o total de famílias assentadas no Território Norte Pioneiro é de 1.326. Em 2014, conforme os registros do Incra (2017) foi o último ano de instalação de PA's.

A divisão de terras tem como consequência o aumento da quantidade de estabelecimentos agropecuários. Do ponto de vista estatístico tem-se a possibilidade de impactar na redução concentração da propriedade da terra, expresso no cálculo do Índice de Gini. O Gráfico 7 demonstra a evolução da quantidade de área destinada por ano, nos trinta assentamentos do Território da Cidadania Norte Pioneiro.

Gráfico 7 - Evolução quantidade da área de PA's no Território Norte Pioneiro no período 1987 a 2014



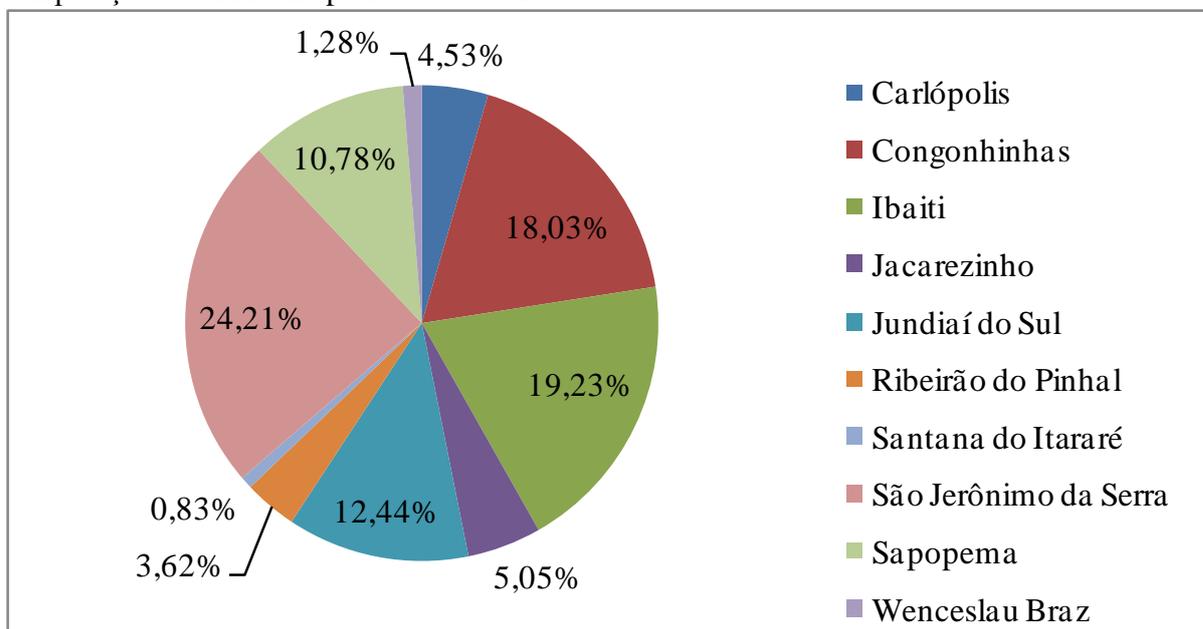
Fonte: INCRA, 2017.

Nota-se com o Gráfico 7, que o ano de 1989, se destacou pela maior quantidade de terras destinadas a reforma agrária. Aproximadamente a metade da área atual de PA's, foi destinada a PA's entre o período de 1995 a 2006. Indica assim que esse período possui como uma característica marcante, a implantação dos assentamentos no Território. Atualmente é contabilizada uma área de PA's de aproximadamente 27.957,22 hectares.

Para observar a participação relativa dos assentamentos rurais por cada município que contem PA, foi elaborado o Gráfico 8. O mesmo indica o número de famílias assentadas por

município.

Gráfico 8 - Participação relativa das famílias dos municípios do Território Norte Pioneiro na composição dos PA's no período 1987a 2014



Fonte: INCRA, 2017.

O Gráfico 8 aponta que os municípios que possuem maior quantidade de famílias assentadas são: Congonhinhas, Ibaiti, Jundiá do Sul, São Jerônimo da Serra e Sapopema. Uma possibilidade de ocorrência é o impacto dos assentamentos na concentração da propriedade da terra. Observa-se que de acordo com o Índice de Gini, dentre os municípios que possuem PA's, apenas São Jerônimo da Serra teve redução da desigualdade da propriedade da terra.

Remete-nos a observar, quando comparados os dois Territórios da Cidadania, que os impactos dos assentamentos na desconcentração da propriedade da terra ocorrem quando estão presentes em maiores quantidades de área e de famílias assentadas, em determinado recorte espacial, considerando neste caso os municípios.

Quando visualizados separadamente os Territórios, vislumbra-se que o Cantuquiriguaçu teve desconcentração da propriedade da terra, enquanto que esse fato não é válido para o Norte Pioneiro, este com movimento de concentração. Alia-se a isso, o fato que o primeiro Território possui maiores quantidades de famílias assentadas e área ocupada, logo com maiores probabilidades de impactar no cálculo do Índice de Gini da terra. Percebe-se que os PA's podem ser uma alternativa para desconcentrar terras, a medida de um número de famílias e de áreas ocupadas, que influenciam na criação de novos estabelecimentos

agropecuários.

Com a finalização da estrutura fundiária dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro pretendem-se, a partir das próximas seções, a caracterização do perfil agropecuário dos assentamentos dos Territórios para o ano de 2006. Também se almeja observar os possíveis desdobramentos de cada perfil encontrado.

4.3 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

A presente seção está composta na primeira parte pela exposição da quantidade produzida e dos percentuais relativos dos assentamentos de produtos consumidos no mercado interno, segundo o CONSEA (2010). Na sequência estão apresentadas as contribuições percentuais dos produtos com quantidades produzidas pelos assentados da reforma agrária acima de 5% do total do Território, para lavouras temporárias, permanentes e hortaliças. Por fim serão apresentadas as quantidades de efetivo de animais (bovinos, suínos e aves) e da produção de leite.

A Tabela 5 representa a quantidade produzida pelos assentados e os demais produtores, de produtos que são consumidos no mercado interno. Retrata a participação relativa dos produtores, frente ao total da categoria, no Território Cantuquiriguaçu.

Tabela 5 - Quantidade produzida de alimentos consumidos no mercado interno, por tipos de produtores no Território Cantuquiriguaçu no ano de 2006

Alimento	Tipos de produtores	Quantidade produzida (Ton.)	(%)
Arroz em casca	Assentados	709	36,72
	Demais produtores	1.222	63,28
	Total	1.931	100
Feijão preto em grão	Assentados	3.075	26,64
	Demais produtores	6.511	73,36
	Total	9.586	100
Feijão de cor em grão	Assentados	1.532	17,18
	Demais produtores	7.385	82,82
	Total	8.917	100
Milho	Assentados	59.588	9,36
	Demais produtores	576.913	90,64
	Total	636.501	100
Trigo	Assentados	X	X
	Demais produtores	42.984	100
	Total	42.984	100
	Assentados	18.035	53,96

Mandioca	Demais produtores	15.390	46,04
	Total	33.425	100

Fonte: IBGE, 2006.

A Tabela 5 traz as quantidades que são produzidas pelos assentados de alimentos consumidos no mercado interno, conforme a CONSEA (2010). Indica que os assentados da reforma agrária contribuem principalmente nas produções de mandioca (53,96%), de arroz em casca (36,72%), feijão preto em grão (26,64%) e feijão de cor em grão (17,18%). A cultura do milho possui a menor quantidade produzida entre os produtos consumidos no mercado interno, pois atinge aproximadamente 9,36% do total dessa cultura do Território Cantuquiriguaçu. Nota-se a inexistência de dados para a quantidade produzida de trigo¹⁰ para os assentados, o que poderá indicar uma baixa quantidade produzida, devido a poucos estabelecimentos que produzem esta cultura de inverno.

Ao constatar que os assentados produzem mais da metade (53,96%) do cultivo da mandioca de todo o Território Cantuquiriguaçu observa-se, de acordo com CONSEA (2010), que esse tipo de produção está disseminado por todo o país e seu cultivo é realizado principalmente por pequenos e médios agricultores, como é o caso dos assentados. Os mesmos podem utilizar a mandioca para o consumo familiar, como insumo na alimentação de animais e na comercialização, ou seja, multiplicidade do seu uso (CONSEA, 2010).

O resultado da quantidade produzida, expressa na Tabela 5, condiz com os dados da contribuição da agricultura familiar na produção de alimentos a nível nacional, também apresentada pelo Censo Agropecuário de 2006. A agricultura familiar brasileira produziu aproximadamente 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz e 21% do trigo (IBGE, 2006). Neste caso, os diferentes tipos de agricultores são colocados em segundo plano, como os assentados, pois o estudo revela apenas a categoria de agricultura familiar¹¹. No Território Cantuquiriguaçu, os assentados contribuíram na produção de alimentos que estão base na alimentação, a exemplo do arroz, feijão, mandioca e o milho.

Em relação à lavoura temporária, cultivadas pelos assentados e demais produtores foi elaborada a Tabela 6. Contém os dados das quantidades mais produzidas pelos tipos de produtores no Território Cantuquiriguaçu, bem como a representação percentual. Vale

¹⁰ O IBGE não fornece os dados, quando as Unidades Territoriais pesquisadas possuem menos de 3 (três) informantes.

¹¹ O IBGE utiliza como referência na coleta de dados o conceito de agricultura familiar institucionalizada na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

ressaltar que o cultivo da soja aparece na tabela abaixo, pois mesmo não sendo um principal produto, permite a análise do nível de produção pelos diferentes produtores.

Tabela 6- Quantidade produzida dos principais produtos de lavoura temporária, por tipos de produtor e participação relativa, no Território Cantuquiriguaçu, para o ano de 2006

Produto	Tipo de produtor	Quantidade produzida (Ton.)	(%)
Abacaxi	Assentados	1	16,66
	Demais produtores	5	83,34
	Total	6	100
Alho	Assentados	2	25
	Demais produtores	6	75
	Total	8	100
Amendoim	Assentados	14	23,73
	Demais produtores	45	76,27
	Total	59	100
Melancia	Assentados	107	17,04
	Demais produtores	521	82,96
	Total	628	100
Cana-de-açúcar	Assentados	2.384	28,73
	Demais produtores	5.915	71,27
	Total	8.299	100
Soja	Assentados	8.900	2,08
	Demais produtores	418.182	97,92
	Total	427.082	100,00

Fonte: IBGE, 2006.

É possível pontuar com a Tabela 6 os principais produtos agrícolas, oriundos das lavouras temporárias, produzidos pelos assentados no Território Cantuquiriguaçu. Estes produtos são: cana-de-açúcar (28,73%), alho (25%) e amendoim (23,73%). Na sequência se destacam melancia (17,04%) e abacaxi (16,66%).

Em relação à forte presença da cultura da cana-de-açúcar nos assentamentos, tem possivelmente a relação com o fator climático, pois essa produção é normalmente utilizada como reserva energética para a alimentação animal e não para comercialização. Como dado complementar em torno da afirmação anterior, verifica-se que do total produzido de cana-de-açúcar nos assentamentos, apenas 1,13% é vendida. Com os demais produtos, observa-se a diversificação da produção nas unidades dos assentados, pois com a estratégia da diversificação da produção, podem reduzir riscos, ligados ao clima, ou até mesmo das oscilações de preço dos insumos para a produção e do produto no momento da comercialização.

A Tabela 6 aponta que a quantidade produzida pelos assentados da soja é relativamente baixa, pois atinge aproximadamente 2,08% do total produzido no Território Cantuquiriguaçu. Mesmo em baixa quantidade produzida da soja, indica o avanço da produção de *commodities* em diferentes tipos de produtores, dentre eles os assentados da reforma agrária, como evidenciada no estudo de Mello (2007).

A Tabela 7 exhibe os principais produtos de lavoura permanente, produzidas pelos assentados e demais produtores, no Território Cantuquiriguaçu no ano de 2006. Também são evidenciados os respectivos percentuais de contribuição de cada produtor.

Tabela 7 - Quantidade produzida dos principais produtos de lavoura permanente, por tipos de produtores e representação percentual, no Território Cantuquiriguaçu no ano de 2006

Produtos	Tipo de produtor	Quantidade produzida (Ton.)	(%)
Banana	Assentados	18	28,57
	Demais produtores	45	71,43
	Total	63	100,00
Laranja	Assentados	303	30,57
	Demais produtores	688	69,43
	Total	991	100,00
Uva (mesa)	Assentados	14	14,58
	Demais produtores	82	85,42
	Total	96	100,00

Fonte: IBGE, 2006.

Com a Tabela 7 vê-se que as principais produções dos assentados em ordem de importância foram: laranja (30,57%), banana (28,57%) e, por fim, a uva (mesa) com 14,58%. Nota-se a existência de uma pequena diversidade de produtos de lavoura temporária, mas com importantes quantidades relativas, frente aos demais tipos de produtores da área de estudo. A Tabela 8 indica a quantidade produzida das principais hortaliças, por condição de produtor. Por fim são apresentadas as respectivas contribuições percentuais de cada quantidade produzida, frente o total da categoria.

Tabela 8 - Quantidade produzida dos principais produtos da horticultura, por tipos de produtores e percentual, no Território Cantuquiriguaçu no ano de 2006

Produtos	Tipo de produtor	Quantidade produzida (Ton.)	(%)
Abobrinha	Assentados	2	6,66
	Demais produtores	28	93,34
	Total	30	100,00
Acelga	Assentados	1	6,66
	Demais produtores	14	93,34
	Total	15	100,00

Alface	Assentados	16	6,22
	Demais produtores	241	93,78
	Total	257	100,00
Almeirão	Assentados	6	16,66
	Demais produtores	30	83,34
	Total	36	100,00
Batata-doce	Assentados	6	9,37
	Demais produtores	58	90,63
	Total	64	100,00
Chuchu	Assentados	2	11,76
	Demais produtores	15	88,24
	Total	17	100,00
Milho verde (espiga)	Assentados	3	5,66
	Demais produtores	50	94,34
	Total	53	100,00
Pepino	Assentados	7	5,69
	Demais produtores	116	94,31
	Total	123	100,00
Pimentão	Assentados	16	53,33
	Demais produtores	14	46,67
	Total	30	100,00
Rabanete	Assentados	1	7,69
	Demais produtores	12	92,31
	Total	13	100,00
Repolho	Assentados	131	23,27
	Demais produtores	432	76,73
	Total	563	100,00
Tomate (estaqueado)	Assentados	207	12,90
	Demais produtores	1397	87,10
	Total	1.604	100,00

Fonte: IBGE, 2006.

Com a Tabela 8 verifica-se que os principais produtos oriundos da horticultura, dos produtores assentados são: pimentão (53,33%), repolho (23,27%), almeirão (16,66%), tomate (12,90%) e chuchu (11,76%). Os demais produtos da horticultura possuem menores participações relativas pelos assentados da reforma agrária, mas podem contribuir na subsistência da unidade e na comercialização local. Novamente, aparece a diversidade da produção cultivada pelos assentados do Território.

Com intenção de cumprir a metodologia proposta, foi elaborado a Tabela 9, que indica o efetivo número (em unidades) de cabeça de bovinos, suínos e aves. Por fim foi atribuída a contribuição percentual de cada categoria.

Tabela 9 - Efetivo número de cabeças por espécie, oriundas dos tipos de produtores, no Território Cantuquiriguaçu, no ano de 2006

Espécie	Tipo de produtor	Efetivo de cabeças (Unidades)	(%)
Bovino	Assentados	44.654	5,67
	Demais produtores	742.963	94,33
	Total	787.617	100,00
Suíno	Assentados	29.084	8,37
	Demais produtores	317.700	91,63
	Total	346.734	100,00
Aves	Assentados	288.754	3,02
	Demais produtores	9.255.720	96,98
	Total	9.544.474	100,00

Fonte: IBGE, 2006.

Com a Tabela 9 é possível verificar que a contribuição dos assentamentos no efetivo total de rebanho de bovino é de 5,67% e de suíno 8,37%. Para as aves, os assentados contribuíram em menor quantidade de cabeças (3,02%). Apresenta-se, portanto, que os assentados estão contribuindo também na produção de proteína animal. Estes podem ser utilizados de diferentes formas, desde o consumo interno pela família, como para a venda.

Em relação à produção do leite de vaca, está demonstrada na Tabela 10. Tem-se a quantidade produzida por tipos de produtores e indica quanto representam em termos percentuais.

Tabela 10 - Quantidade produzida de leite por tipo de produtor no Território Cantuquiriguaçu, no ano de 2006

Tipo de produtor	Quantidade produzida (Mil litros)	(%)
Assentados	16.792	13,68
Demais produtores	105.920	86,32
Total	122.712	100,00

Fonte: IBGE, 2006.

Com a exposição da Tabela 10 percebe-se que a quantidade produzida do leite pelos assentados é significativa, pois atinge 13,68% do total do leite produzido no Território Cantuquiriguaçu. Se firma como uma importante fonte de renda das famílias assentadas, no nível local.

De maneira geral, observa-se um perfil agropecuário dos assentados da reforma agrária, com diversidade de produção de alimentos, consumidos diariamente pelos brasileiros e que fazem parte da pauta da dieta alimentar. O ato dos assentados da reforma agrária de

produzir alimentos está contribuindo na oferta destes ao nível local, bem como, a garantia de segurança alimentar para as próprias famílias produtoras.

A próxima seção foi elaborada com a intenção de quando se chegar ao final, conseguir traçar um comparativo entre os Territórios estudados.

4.4 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA NO TERRITÓRIO NORTE PIONEIRO

Como forma inicial da apresentação dos dados, a Tabela 11, denota a quantidade produzida de alimentos pelos assentados e demais produtores, no Território Norte Pioneiro no ano de 2006.

Tabela 11 - Quantidade produzida de alimentos consumidos no mercado interno, por tipos de produtores no Território Norte Pioneiro no ano de 2006

Alimento	Tipos de produtores	Quantidade produzida (Ton.)	(%)
Arroz em casca	Assentados	903	19,18
	Demais produtores	3.804	80,82
	Total	4.707	100
Feijão preto em grão	Assentados	23	5,29
	Demais produtores	412	94,71
	Total	435	100
Feijão de cor em grão	Assentados	892	5,40
	Demais produtores	15.615	94,60
	Total	16.507	100
Milho	Assentados	18.043	7,13
	Demais produtores	234.845	92,87
	Total	252.888	100
Trigo	Assentados	166	0,40
	Demais produtores	41.073	99,60
	Total	41.239	100
Mandioca	Assentados	108	2,06
	Demais produtores	5.124	97,94
	Total	5.232	100

Fonte: IBGE, 2006.

Considera-se com a Tabela 11 que a maior contribuição da produção dos assentados no Território Norte Pioneiro, quando tratado de alimentos básicos, está centrada na cultura do arroz, com aproximadamente 19,18% do total desse cultivo. Os outros cultivos em ordem de maiores contribuições percentuais são: milho (7,13%), feijão de cor em grão (5,40%), feijão preto em grão (5,29%), mandioca (2,06) e por fim o trigo (0,40%).

Nota-se que a produção para o consumo interno, que é a base da alimentação dos brasileiros, possui maiores contribuições percentual pelos assentados, a exemplo do arroz e feijões. Já a produção de mandioca está com baixa representatividade, possivelmente atrelada a uma questão climática. O trigo novamente é produzido em pequenas proporções, ou seja, uma cultura pouco produzida pelos assentados.

A Tabela 12 está a indicar os principais produtos, oriundos de lavouras temporárias, produzidas pelos assentados e demais produtores, apresentados a seguir.

Tabela 12 – Quantidade produzida dos principais produtos de lavoura temporária, por tipos de produtores e participação relativa no Território Norte Pioneiro, para o ano de 2006

Produto	Tipo de produtor	Quantidade produzida (Ton.)	(%)
Abacaxi	Assentados	1	6,25
	Demais produtores	15	93,75
	Total	16	100
Abóbora	Assentados	187	6,14
	Demais produtores	2856	93,86
	Total	3.043	100
Amendoim	Assentados	2	10
	Demais produtores	18	90
	Total	20	100
Melancia	Assentados	64	22,94
	Demais produtores	215	77,06
	Total	279	100
Feijão verde	Assentados	401	62,56
	Demais produtores	240	37,44
	Total	641	100
Soja	Assentados	2.475	1,19
	Demais produtores	205.427	98,81
	Total	207.902	100

Fonte: IBGE, 2006.

Na Tabela 12 fica evidente que as maiores representações percentuais (perante o total da categoria) são quanto às culturas de feijão verde (62,56%), melancia (22,94%), amendoim (10%), abacaxi (6,25%), abóbora (6,14%) e, finalmente, a soja (1,19%).

Quanto às atividades temporárias, nota-se uma diversificação moderada dos cultivos dos assentados. Observa-se a possibilidade da produção para subsistência da família e para o mercado, como o caso do feijão verde e da melancia. São meios de garantir a alimentação diária dos assentados, bem como acréscimos à renda familiar.

A Tabela 13 demonstra a quantidade produzida das principais lavouras permanentes, pelos assentados e pelos demais agricultores.

Tabela 13 - Quantidade produzida dos principais produtos de lavoura permanente, por tipos de produtores e representação percentual no Norte Pioneiro no ano de 2006

Produtos	Tipo de produtor	Quantidade produzida (Ton.)	(%)
Laranja	Assentados	79	5,76
	Demais produtores	1.293	94,24
	Total	1372	100,00
Maracujá	Assentados	33	6,12
	Demais produtores	506	93,88
	Total	539	100,00

Fonte: IBGE, 2006.

A Tabela 13 fornece os dados da lavoura permanente no Território Norte Pioneiro. Os assentados representam em termos percentuais na produção de laranja (5,76%) e maracujá (6,12%). São produtos que podem ser consumidos internamente na unidade e também ligação com o comércio.

A Tabela 14 traz os dados da quantidade produzida (e percentual) de hortaliças pelos assentamentos do Território Norte Pioneiro no ano de 2006.

Tabela 14 - Quantidade produzida dos principais produtos da horticultura, por tipos de produtores e percentual, no Território Norte Pioneiro no ano de 2006

Produtos	Tipo de produtor	Quantidade produzida (Ton.)	(%)
Alface	Assentados	45	7,23
	Demais produtores	577	92,77
	Total	622	100,00
Batata-doce	Assentados	1	6,25
	Demais produtores	15	93,75
	Total	16	100,00
Beterraba	Assentados	144	8,19
	Demais produtores	1.615	91,81
	Total	1.759	100,00
Brócolis	Assentados	2	6,90
	Demais produtores	27	93,10
	Total	29	100,00
Cebolinha	Assentados	5	5,43
	Demais produtores	87	94,57
	Total	92	100,00
Cenoura	Assentados	517	17,09
	Demais produtores	2.508	82,91
	Total	3.025	100,00

Chuchu	Assentados	2	22,22
	Demais produtores	7	77,78
	Total	9	100,00
Couve	Assentados	15	16,13
	Demais produtores	78	83,87
	Total	93	100,00
Couve-flor	Assentados	12	13,48
	Demais produtores	77	86,52
	Total	89	100,00
Jiló	Assentados	4	8
	Demais produtores	46	92
	Total	50	100,00
Pepino	Assentados	747	41,73
	Demais produtores	1.043	58,27
	Total	1.790	100,00
Pimentão	Assentados	397	18,21
	Demais produtores	1.783	81,79
	Total	2.180	100,00
Quiabo	Assentados	2	5,88
	Demais produtores	32	94,12
	Total	34	100,00
Salsa	Assentados	2	25
	Demais produtores	6	75
	Total	8	100,00
Tomate (estaqueado)	Assentados	1.013	14
	Demais produtores	6.221	86
	Total	7.234	100,00
Feijão vagem	Assentados	209	60,05
	Demais produtores	139	39,95
	Total	348	100,00

Fonte: IBGE, 2006.

Com os dados obtidos na tabela acima, verifica-se que os maiores percentuais perante o total de cada categoria de hortaliças dos assentados são: feijão vagem (60,05%), pepino (41,73%), salsa (25%), chuchu (22,22%), pimentão (18,21%), cenoura (17,09%), couve (16,13%), tomate (estaqueado) (14%) e couve-flor (13,48%). Os demais produtos originários da horticultura possuem menores contribuições na produção, conforme a descrição a seguir: alface (7,23%), batata-doce (6,25%), beterraba (8,19%), brócolis (6,90%), cebolinha (5,43%), jiló (8%) e quiabo (5,88%).

Na produção da horticultura, os assentados se mostram com uma produção diversificada de produtos. Destacam-se principalmente na quantidade produzida de feijão vagem e pepino, com outras produções significativas de salsa, chuchu, pimentão, cenoura, couve e tomate. São produções com potencial de comercialização. Observa-se a possibilidade

de consumo na unidade familiar desses produtos, como garantia de um alimento de qualidade e ainda possibilita uma alimentação com adição de verduras.

A Tabela 15 indica o efetivo de animais que os assentados e demais produtores criaram no ano de 2006, no Território Norte Pioneiro.

Tabela 15 - Efetivo número de cabeças por espécie, oriundas dos tipos de produtores, no Território Norte Pioneiro, no ano de 2006

Espécie	Tipo de produtor	Efetivo de cabeças (Unidades)	(%)
Bovino	Assentados	15.235	1,90
	Demais produtores	786.980	98,1
	Total	802.215	100,00
Suíno	Assentados	5.743	7,08
	Demais produtores	75.325	92,92
	Total	81.068	100,00
Aves	Assentados	101.097	1,61
	Demais produtores	6.177.701	98,39
	Total	6.278.798	100,00

Fonte: IBGE, 2006.

Na quantidade de cabeças por espécies efetivas, os assentados se destacam principalmente em suínos, visto que marca aproximadamente 7,08% do total dessa criação no Território Norte Pioneiro. As demais espécies equivalem a bovino (1,90%) e aves (1,61%).

Os dados indicam a baixa produção animal dos assentados em relação a essas categorias de espécies. Também podem apontar a não interação com o mercado de carnes dos assentados, uma vez que estes podem ter suas criações com o foco na subsistência da família e não a comercialização.

A Tabela 16 propõe demonstrar a quantidade produzida de leite, pelos assentados e demais categorias de produtores, e suas respectivas contribuições em termos percentuais.

Tabela 16 - Quantidade produzida de leite por tipo de produtor no Território Norte pioneiro, no ano de 2006

Tipo de produtor	Quantidade produzida (Mil litros)	(%)
Assentados	3.416	5,31
Demais produtores	60.909	94,69
Total	64.325	100,00

Fonte: IBGE, 2006.

A Tabela 16 exibe que os assentados do Território Norte Pioneiro contribuem na quantidade total de leite produzido, com uma taxa de 5,31%. Podem mostrar que se dedicam

parcialmente a essa atividade econômica e não tem nela uma forte dependência de renda no período estudado.

Posteriormente, será demonstrado o perfil de produção agropecuária em torno dos municípios que possuem os assentamentos rurais da reforma agrária. No Território Cantuquiriguaçu são treze municípios e no Norte Pioneiro são dez. O procedimento adotado é semelhante ao perfil agropecuário dos Territórios. A diferença agora consiste que o recorte espacial analisado são os municípios que compõem os Territórios. Inicia-se com a quantidade produzida de produtos consumidos em mercado interno, lavoura temporária e permanente, pelos assentados nos municípios da Cantuquiriguaçu no ano de 2006.

Tabela 17 - Quantidade produzida e representação percentual de produtos de consumo no mercado interno, produtos de lavoura temporária e permanente para os municípios do Território Cantuquiriguaçu no ano de 2006

Município	Tipos de produtor	Produtos de consumo no mercado interno					Produtos de lavoura Temporária					Produtos de lavoura permanente			
		Arroz em casca	Feijão preto	Feijão de cor	Milho	Mandioca	Abacaxi	Alho	Amendoim	Melancia	Cana-de-açúcar	Soja	Banana	Laranja	Uva (mesa)
Campo Bonito	Assentados	2,08	5,33	2,45	1,79	3,51	0	0	25	2	29,17	1,95	0	0	0
	Demais produtores	97,92	94,67	97,55	98,21	96,49	100	100	75	98	70,83	98,05	100	100	100
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Candói	Assentados	55,55	6,78	16,78	1,29	0	0	0	0	0	0	0,13	0	23,6	0
	Demais produtores	44,45	93,22	83,22	98,71	100	100	100	100	100	100	99,87	100	76,4	100
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Cantagalo	Assentados	13,43	7,14	9,09	4,37	49,41	0	0	0	0	0	0,82	0	0	0
	Demais produtores	86,57	92,86	90,91	95,63	50,59	100	100	100	100	100	99,18	100	100	100
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Catanduvás	Assentados	100	5,09	2,91	1,18	39,19	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Demais produtores	0	94,91	97,09	98,82	60,81	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Espigão Alto do Iguaçu	Assentados	26,67	8,62	0,46	2,5	7,1	0	0	0	0	0	2,07	0	0	0
	Demais produtores	73,33	91,38	99,54	97,5	92,9	100	100	100	100	100	97,93	100	100	100
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Goioxim	Assentados	63,51	47,37	21,01	26,48	2,56	0	0	0	0	0	0,51	0	0	0
	Demais produtores	36,49	52,63	78,99	73,52	97,44	100	100	100	100	100	99,49	100	100	100
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Laranjeiras do Sul	Assentados	20,41	7,92	1,35	4,89	30,03	0	0	21,05	4,31	4,38	1,25	22,22	0	0
	Demais produtores	79,59	92,08	98,65	95,11	69,97	100	100	78,95	95,69	95,62	98,75	77,78	100	100

	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Assentados	17,5	11,11	1,41	7,57	6,25	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Demais produtores	82,5	88,89	98,59	92,43	93,75	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Marquinho	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Assentados	7,59	1,85	39,86	7,79	13,49	0	0	0	0	0	2,38	0	0	0
	Demais produtores	92,41	98,15	60,14	92,21	86,51	100	100	100	100	100	97,62	100	100	100
Nova Laranjeiras	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Assentados	39,46	20,54	19,7	4	22,44	0	0	40	20	0	0	0	0	0
	Demais produtores	60,54	79,46	80,3	96	77,56	100	100	60	80	100	100	100	100	100
Pinhão	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Assentados	16,36	21,1	26,19	12,8	33,69	0	0	0	0	0	6,14	0	0	0
	Demais produtores	83,64	78,9	73,81	87,2	66,31	100	100	100	100	100	93,86	100	100	100
Quedas do Iguaçu	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Assentados	50	36,16	81,16	5,9	27,8	0	0	50	0	0	0	0	0	0
	Demais produtores	50	63,84	18,84	94,1	72,2	100	100	50	100	100	100	100	100	100
Reserva do Iguaçu	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Assentados	88,92	79,62	79,97	51,62	84,04	100	0	60	85,18	77,38	20,6	57,14	36,36	100
	Demais produtores	11,08	20,38	20,03	48,38	15,96	0	100	40	14,82	22,62	79,4	42,86	63,64	0
Rio Bonito do Iguaçu	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Assentados	0	4,01	3,13	2,84	52,5	0	0	0	0	0	1,17	0	0	0
	Demais produtores	100	95,99	96,87	97,16	47,5	100	100	100	100	100	98,83	100	100	100
Três Barras do Paraná	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte:

IBGE,

2006.

Em uma visão geral em relação à representação relativa dos assentados em cada um dos municípios, percebe-se a tendência de um perfil de produção agrícola voltado a alimentos de consumo diário dos brasileiros. Sobressaem, em termos percentuais, os cultivos de arroz, feijões e mandioca, que são essenciais a segurança alimentar da família do assentado e podem sinalizar uma interação com o mercado, com a oferta desses produtos. Quanto às lavouras permanentes observa-se uma pequena contribuição dos assentamentos na quantidade produzida, de banana e laranja.

Os assentados do município de Rio Bonito do Iguaçu, trazem uma contribuição relativa na maioria dos produtos agrícolas pesquisados, exceto na produção do alho. Neste município atenta-se para a relevância da produção da soja, o que pode indicar o avanço da produção desta *commodity* em áreas de assentamento rural da reforma agrária. Visualiza-se que mesmo sob condições adversas, como por exemplo, a escassez de recursos financeiros, terras menos férteis e tecnologia, os assentados da reforma agrária são protagonistas na produção de alimentos para os seus municípios.

Na sequência está apresentada a Tabela 18, com as respectivas quantidades produzidas de hortaliças pelos assentados, em municípios que possuem iniciativas da reforma agrária.

Tabela 18 – Representação percentual em relação a quantidade produzida de hortaliças pelos assentados da reforma agrária no Território Cantuquiriguaçu em 2006

Município	Produto	Tipo de Produtor	(%)
		Assentados	100
		Demais produtores	0
	Abobrinha	Total	100
		Assentados	92,86
		Demais produtores	7,14
	Alface	Total	100
		Assentados	50
		Demais produtores	50
	Batata-doce	Total	100
		Assentados	66,67
		Demais produtores	33,33
	Pepino	Total	100
		Assentados	100
		Demais produtores	0
	Rabanete	Total	100
		Assentados	7,69
		Demais produtores	92,31
Campo Bonito	Repolho	Total	100
		Assentados	1,03
		Demais produtores	98,97
Laranjeiras do Sul	Alface	Total	100

		Assentados	2,63
		Demais produtores	97,37
	Milho Verde	Total	100
		Assentados	25
		Demais produtores	75
Pinhão	Pepino	Total	100
		Assentados	60
		Demais produtores	40
Rio Bonito do Iguçu	Batata-doce	Total	100

Fonte: IBGE, 2006.

Com a Tabela 18, observa-se que no município de Campo Bonito os principais cultivos de hortaliças foram: abobrinha (100%), alface (92,86%), batata-doce (50%), pepino (66,67%), rabanete (100%) e repolho (7,69%). Os assentados de Laranjeiras do Sul produzem uma pequena quantidade de alface (1,03%). Já esse mesmo tipo de produtor cultiva no município de Pinhão milho verde em espiga (2,63%) e pepino (25%). Por fim a categoria de assentados participa principalmente na produção de batata-doce com 60% do total desse cultivo no município. Os dados revelam que os assentados do município de Campo Bonito são os que mais contribuem na produção de hortaliças.

Vale ressaltar a possibilidade de omissão de dados reais do Censo Agropecuário. Este somente identifica a quantidade produzida se no município mais de três unidades de produção realizam tal cultivo. Pode ocorrer que nos municípios da Cantuquiriguaçu tal fato ocorra e, assim, não seja condizente com a produção efetiva. Apenas quando pesquisados os dados agregados de todo Território Cantuquiriguaçu, é possível uma maior aproximação com a realidade. Ou seja, o aparecimento de apenas quatro municípios, com baixa diversidade de produção, está possivelmente condicionado a uma limitação da metodologia do Censo Agropecuário de 2006.

A Tabela 19 demonstra a participação relativa dos tipos de produtores no número total de cabeças de animais criados no ano de 2006.

Tabela 19 – Representação percentual do número de cabeças de espécies criado pelos tipos de produtores no ano de 2006, nos municípios do Território Cantuquiriguaçu

Município	Espécie	Condição do produtor	(%)
Campo Bonito	Bovino	Assentado	2,63
		Demais produtores	97,37
		Total	100
	Suínos	Assentado	6,47
		Demais produtores	93,53
		Total	100

	Aves	Assentado	0,9
		Demais produtores	99,1
		Total	100
Candói	Bovino	Assentado	2,58
		Demais produtores	97,42
		Total	100
	Suínos	Assentado	4,91
		Demais produtores	95,09
		Total	100
	Aves	Assentado	8,77
		Demais produtores	91,23
		Total	100
Cantagalo	Bovino	Assentado	5,79
		Demais produtores	94,21
		Total	100
	Suínos	Assentado	7,55
		Demais produtores	92,45
		Total	100
	Aves	Assentado	13,79
		Demais produtores	86,21
		Total	100
Espigão Alto do Iguaçu	Bovino	Assentado	2,95
		Demais produtores	97,05
		Total	100
	Suínos	Assentado	4,6
		Demais produtores	95,4
		Total	100
Goioxim	Bovino	Assentado	7,73
		Demais produtores	92,27
		Total	100
	Suínos	Assentado	16,95
		Demais produtores	83,05
		Total	100
	Aves	Assentado	22,24
		Demais produtores	77,76
		Total	100
Laranjeiras do Sul	Bovino	Assentado	4,25
		Demais produtores	95,75
		Total	100
	Suínos	Assentado	4,29
		Demais produtores	95,71
		Total	100
	Aves	Assentado	13,11
		Demais produtores	86,89
		Total	100
Marquinho	Bovino	Assentado	2,38
		Demais produtores	97,62
		Total	100

	Suínos	Assentado	7,99
		Demais produtores	92,01
		Total	100
	Aves	Assentado	8,15
		Demais produtores	91,85
		Total	100
Nova Laranjeiras	Bovino	Assentado	2,76
		Demais produtores	97,24
		Total	100
	Suínos	Assentado	6,44
		Demais produtores	93,56
		Total	100
	Aves	Assentado	2,11
		Demais produtores	97,89
		Total	100
Pinhão	Bovino	Assentado	6,28
		Demais produtores	93,72
		Total	100
	Suínos	Assentado	15,3
		Demais produtores	84,7
		Total	100
	Aves	Assentado	21,51
		Demais produtores	78,49
		Total	100
Quedas do Iguaçu	Bovino	Assentado	9,32
		Demais produtores	90,68
		Total	100
	Suínos	Assentado	23,28
		Demais produtores	76,72
		Total	100
	Aves	Assentado	6,92
		Demais produtores	93,08
		Total	100
Reserva do Iguaçu	Bovino	Assentado	9,29
		Demais produtores	90,71
		Total	100
	Suínos	Assentado	26,81
		Demais produtores	73,19
		Total	100
	Aves	Assentado	35,38
		Demais produtores	64,62
		Total	100
Rio Bonito do Iguaçu	Bovino	Assentado	48,7
		Demais produtores	51,3
		Total	100
	Suínos	Assentado	58,49
		Demais produtores	41,51
		Total	100

	Aves	Assentado	74,42
		Demais produtores	25,58
		Total	100
Três Barras do Paraná	Bovino	Assentado	1,97
		Demais produtores	98,03
		Total	100
	Suínos	Assentado	0,93
		Demais produtores	99,07
		Total	100
	Aves	Assentado	2
		Demais produtores	98
		Total	100

Fonte: IBGE, 2006.

Os assentamentos que se destacam na criação de bovinos são oriundos dos municípios de Rio Bonito do Iguaçu (48,70%), Quedas do Iguaçu (9,32%) e Reserva do Iguaçu (9,29%). Na criação de suínos, as principais criações estão localizadas nos municípios de Goioxim (16,95%), Pinhão (15,30%), Quedas do Iguaçu (23,28%), Reserva do Iguaçu (26,81%) e Rio Bonito do Iguaçu (58,49%). Visualiza-se na criação de aves que a maior contribuição dos assentados é dos municípios de Rio Bonito do Iguaçu (74,42%), Reserva do Iguaçu (35,38%), Pinhão (21,51%), Laranjeiras do Sul (13,11%), Goioxim (22,24%) e Cantagalo (13,79%).

Com os dados apresentados, tem-se a percepção da contribuição dos assentados na criação de bovinos, suínos e aves. Os assentados se caracterizam por ser um dos tipos de agricultores que sustentam o fornecimento de proteína para a população dos municípios da Cantuquiriguaçu. Evidencia-se a participação dos assentados do município de Rio Bonito do Iguaçu, na maioria das criações de bovinos, suínos e aves, dentro do município.

A produção de leite também é uma fonte de renda utilizada pelos assentados do Território Cantuquiriguaçu. Conforme os dados do Censo Agropecuário de 2006, os municípios em que os assentados mais exploram esta atividade econômica foram: Goioxim (12,12%), Laranjeiras do Sul (10,48%), Nova Laranjeiras (13,54%), Quedas do Iguaçu (10,44%), Reserva do Iguaçu (10,64%) e Rio Bonito do Iguaçu (58,72%). Os assentados são importantes, pois além da criação de bovino, ainda se destacam na atividade econômica do leite cru.

A seguir inicia-se a apresentação da produção agropecuária dos assentados dos municípios que compõem o Território Norte Pioneiro. A Tabela 20 retrata a quantidade produzida pelos assentados e demais tipos de produtores de alimentos consumidos em mercado interno, no Território Norte Pioneiro, no ano de 2006.

Tabela 20 – Representação percentual da quantidade produzida de produtos de consumo no mercado interno nos municípios do Território Cantuquiriguaçu no ano de 2006

Município	Tipo de produtor	Arroz em	Feijão	Feijão de	Milho	Mandioca
		casca	preto	cor		
Carlópolis	Assentado	8,57	0	0	0,93	0
	Demais produtores	91,43	100	100	99,07	100
	Total	100	100	100	100	100
Congonhinhas	Assentado	15,79	0	33,33	0,72	0
	Demais produtores	84,21	100	66,67	99,28	100
	Total	100	100	100	100	100
Ibaiti	Assentado	44,93	0	4,71	11,43	2,98
	Demais produtores	55,07	100	95,29	88,57	97,02
	Total	100	100	100	100	100
Jacarezinho	Assentado	0	0	0	1,22	35,65
	Demais produtores	100	100	100	98,78	64,35
	Total	100	100	100	100	100
Jundiá do Sul	Assentado	0	0	26,04	7,3	31,58
	Demais produtores	100	100	73,96	92,7	68,42
	Total	100	100	100	100	100
Ribeirão do Pinhal	Assentado	0	0	17,71	3,11	0
	Demais produtores	100	100	82,29	96,89	100
	Total	100	100	100	100	100
Santana do Itararé	Assentado	9,1	0	0,36	0,61	0
	Demais produtores	90,9	100	99,64	99,39	100
	Total	100	100	100	100	100
São Jerônimo da Serra	Assentado	25,15	36,36	20,14	3,82	61,29
	Demais produtores	74,85	63,64	79,86	96,18	38,71
	Total	100	100	100	100	100
Sapopema	Assentado	48,48	0	42,31	37,78	7,69
	Demais produtores	51,52	100	57,69	62,22	92,31
	Total	100	100	100	100	100
Wenceslau Braz	Assentado	0	0	11,59	0	0
	Demais produtores	100	100	88,41	100	100
	Total	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, 2006.

A Tabela 20 valida a contribuição dos assentados dos municípios que compõem o Território Norte Pioneiro no ano de 2006. Certifica-se que os assentados dos municípios de Carlópolis e Santana do Itararé contribuem em termos relativos com o arroz em casca, respectivamente 8,57% e 9,10%. No município de Congonhinhas, a categoria estudada produziu arroz em casca (15,79) e também feijão de cor (33,33%). Em Ibaiti se destacou o cultivo de arroz em casca (44,93%) e milho (11,43%). Em Jacarezinho observa-se que os assentados produziram em sua maioria mandioca (35,65%). No município de Jundiá do Sul, os mesmos produtores trazem sua contribuição em produzir feijão de cor (26,04%) e mandioca (31,58%). Em Ribeirão do Pinhal os assentados cultivam principalmente feijão de cor (17,71%).

Em São Jerônimo da Serra os assentados cultivaram: arroz (25,15%), feijão preto (36,36%), feijão de cor (20,14%) e mandioca (61,29%). Já no município de Sapopema a pauta principal de produtos era arroz (48,48%), feijão em cor (42,31%) e milho (37,78%). Por fim os assentados do município de Wenceslau Braz produziram a cultura de milho (37,78%). Compreende-se que os assentados de uma maneira ampla seguem a estratégia de produzir alimentos que são de consumo de subsistência e eventualmente uma possibilidade de comercialização local desses produtos. Salienta-se que as produções de arroz, feijão e mandioca sobressaem frente às demais culturas. Os assentados dos municípios de São Jerônimo da Serra e Sapopema são os que mais contribuíram na produção interna no Território Norte Pioneiro.

Procurando em termos de lavoura temporária, tem-se a Tabela 21, com a quantidade produzida de lavoura temporária dos municípios com assentamentos da reforma agrária, conforme segue.

Tabela 21 – Representação percentual da quantidade produzida de lavoura temporária nos municípios do Território Cantuquiriguaçu no ano de 2006

Município	Tipo de produtor	Abacaxi	Abóbora	Amendoim	Feijão
Jundiá do Sul	Assentado	100	0	25	0
	Demais produtores	0	100	75	100
	Total	100	100	100	100
São Jerônimo da Serra	Assentado	0	33,33	0	72,22
	Demais produtores	100	66,67	100	27,78
	Total	100	100	100	100

Fonte: IBGE, 2006.

Com a Tabela 21 pode ser observado que no município de Jundiá do Sul, tem destaque ao cultivo da totalidade do abacaxi e de 25% do amendoim. Em São Jerônimo da Serra, os assentados se destacaram no cultivo de abóbora (33,33%) e de feijão verde (72,78%). Novamente não se tem uma visão de cada município com assentamentos, pois as limitações da metodologia do IBGE, com relação aos dados são evidentes.

A Tabela 22 demonstra os dados em termos relativos (lavoura temporária) dos municípios do Território Norte Pioneiro no ano de 2006. São evidenciadas as produções dos assentados.

Tabela 22 – Representação percentual de lavoura permanente, por tipos de produtores nos municípios do Território Norte Pioneiro no ano de 2006

Município	Tipo de produtor	Laranja	Maracujá
------------------	-------------------------	----------------	-----------------

Carlópolis	Assentado	0	10,51
	Demais produtores	100	89,49
	Total	100	100
Sapopema	Assentado	82,35	0
	Demais produtores	17,65	100
	Total	100	100

Fonte: IBGE, 2006.

Observam-se com a Tabela 22 que os assentados se destacaram na produção de lavouras permanentes no Território Norte Pioneiro, principalmente àqueles localizados nos municípios de Carlópolis e Sapopema. No primeiro, dedicam-se ao cultivo de maracujá (10,52%) e, no segundo, de laranja (82,35%).

Com a Tabela 23, observa-se a representação percentual da quantidade produzida de hortaliça pelos assentados nos municípios do Território Norte Pioneiro.

Tabela 23 - Representação percentual da quantidade produzida de hortaliças pelos assentados, em municípios do Território Norte Pioneiro em 2006

Município	Tipo de produtor	Alface	Cenoura	Chuchu	Couve	Jiló	Pepino	Quiabo	Tomate	Vagem
Jacarezinho	Assentado	0	0	100	25	33,33	0	33,33	0	0
	Demais produtores	100	100	0	75	66,67	100	66,67	100	100
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Jundiá do Sul	Assentado	83,33	100	0	0	0	0	0	3,38	19,39
	Demais produtores	16,67	0	100	100	100	100	100	96,62	80,61
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100
São Jerônimo da Serra	Assentado	0	0	0	0	0	11,8	0	0	0
	Demais produtores	100	100	100	100	100	88,2	100	100	100
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, 2006.

Com a Tabela 23 podemos observar que os assentados do município de Jacarezinho produzem a totalidade do chuchu, 25% da couve, 33,33% dos cultivos de jiló e quiabo. Em Jundiá do Sul tem-se destaque para os cultivos de alface (83,33%), cenoura (100%), tomate (3,38%) e vagem (19,39%). Por fim, os assentados de São Jerônimo da Serra possuem suas maiores produções, voltados ao cultivo do pepino (11,80%).

Abaixo com a Tabela 24, verifica-se a quantidade efetiva de animais por tipo de produtores.

Tabela 24 – Representação percentual do efetivo número de cabeças por espécie, oriundas dos tipos de produtores, nos municípios do Território Norte Pioneiro, no ano de 2006

Município	Tipo de produtor	Bovino	Suíno	Aves
------------------	-------------------------	---------------	--------------	-------------

Carlópolis	Assentado	1,58	4,15	0,31
	Demais produtores	98,42	95,85	99,69
	Total	100	100	100
Congonhinhas	Assentado	0,82	5,62	12,22
	Demais produtores	99,18	94,38	87,78
	Total	100	100	100
Ibaiti	Assentado	4,82	14,7	0,88
	Demais produtores	95,18	85,3	99,12
	Total	100	100	100
Jacarezinho	Assentado	1,1	3,98	0,08
	Demais produtores	98,9	96,02	99,92
	Total	100	100	100
Jundiá do Sul	Assentado	0,22	12,36	2,35
	Demais produtores	99,78	87,64	97,65
	Total	100	100	100
Ribeirão do Pinhal	Assentado	0,2	4,68	0
	Demais produtores	99,8	95,32	100
	Total	100	100	100
Santana do Itararé	Assentado	4,71	10,49	10,83
	Demais produtores	95,29	89,51	89,17
	Total	100	100	100
São Jerônimo da Serra	Assentado	3,13	13,18	14,15
	Demais produtores	96,87	86,82	85,85
	Total	100	100	100
Sapopema	Assentado	5,63	29,6	33,76
	Demais produtores	94,37	70,4	66,24
	Total	100	100	100
Wenceslau Braz	Assentado	1,09	1,13	0,05
	Demais produtores	98,91	98,87	99,95
	Total	100	100	100

Fonte: IBGE, 2006.

Com a Tabela 24, observa-se que os assentados se destacam na produção de suínos. Os municípios em que essa categoria é mais relevante são: Ibaiti (14,70%), Jundiá do Sul (12,36%), Santana do Itararé (10,49%), São Jerônimo da Serra (13,18%) e Sapopema (29,60%). Na espécie de bovinos sobressaem os municípios de: Ibaiti (4,82%), Santana do Itararé (4,71%), São Jerônimo da Serra (3,13%) e Sapopema (5,63%). No efetivo de aves, os dados demonstram que os assentados mais contribuem nos municípios de: Congonhinhas (12,22%), Santana do Itararé (10,83%), São Jerônimo da Serra (14,15%) e Sapopema (33,76%).

Com uma visão ampliada, percebe-se que os assentados têm uma importante contribuição, quando se focaliza os dados no interior dos municípios. Percebe-se que em quase todos os municípios (exceto produção de aves no município de Ribeirão do Pinhal) os assentados trazem uma contribuição no efetivo de animais. Estes com potencialidades de consumo interno da família e com fonte de renda. Ainda para os bovinos, percebe-se a potencialidade para a produção leiteira e para as aves a comercialização de ovos.

A produção de leite de vaca nos municípios que compõem o Território Norte Pioneiro foi importante em: Ibaiti (31,97%), Sapopema (23,39%), São Jerônimo da Serra (11,35%), Santana do Itararé (7,40%) e Jacarezinho (4,32%). Os demais municípios possuem pequenas contribuições perante o total da produção.

Ressalta-se que ao analisar o perfil agropecuário dos municípios dos Territórios Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro percebem-se tanto diferenças, como similaridades. As diferenças são vislumbradas primeiramente pela quantidade de assentamentos, visto a superioridade do Território Cantuquiriguaçu, em termos de assentamentos, área e número de famílias assentadas. Tal fenômeno é possivelmente uma explicação da desconcentração fundiária observada no Território Cantuquiriguaçu e não no Norte Pioneiro.

Quando analisados os dados do perfil da produção agropecuária dos Territórios, observam-se a dedicação dos assentados na produção de alimentos básicos, estes consumidos em mercado nacional, sendo uma similaridade dos Territórios. Os produtos de lavoura temporária também são destaque nos recortes espaciais estudados, visto ainda que estes produtos possuam potencial alimentício, tanto na unidade, como para o mercado.

O cultivo da soja apresenta em ambos os Territórios uma baixa produção pelos assentados, mas que indica o avanço dessa *commodity*. Em relação à lavoura permanente, os dois Territórios possuem uma pauta reduzida de produção. Já referente às hortaliças, os assentados produzem uma diversidade de cultivos. Na quantidade efetiva de animais, os dois Territórios possuem semelhanças. Essa se refere à maior produção de suínos. A outra convergência é quanto à produção de leite, uma atividade considerável nas áreas de assentamentos, possivelmente uma fonte de renda das famílias assentadas.

Quando a análise é realizada para os municípios que compõem cada um dos Territórios, se depara com a limitação metodológica do IBGE. Feita essa ressalva, verifica-se a potencialidade PA's no delineamento de um perfil agropecuário, quando existe grande número de beneficiários e de área. Os municípios que se destacaram na contribuição na produção agropecuária no Território Cantuquiriguaçu foram Rio Bonito do Iguazu e Quedas do

Iguaçu. No Território Norte Pioneiro se destacou na produção, os municípios de São Jerônimo da Serra e Sapopema.

.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta inicial que norteou esta pesquisa foi “Como a implantação de assentamentos rurais da reforma agrária contribuíram com a estrutura fundiária e perfil agropecuário dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro?”

Como tentativa de aproximar uma resposta minimamente aceitável, foram coletados dados em fontes secundárias do IBGE, precisamente dos Censos Agropecuários de 1995/96 e de 2006. Observou-se que esses se encontram com limitações metodológicas, quando se pretende analisar pequenas amostras, como, por exemplo, os municípios que compõem os Territórios da Cidadania.

Outra limitação desse estudo é quanto à omissão da produção agrícola inferior a 5%, pois com probabilidades de aumentar a pauta agrícola, o que poderia incrementar a diversidade de produção dos assentados. Alia-se a isso o fato que o Território Norte Pioneiro possui menor número de famílias assentadas e de área, assim fica implícito que a produção agropecuária dos assentados será menor que a da Cantuquiriguaçu. Em contrapartida, percebe-se que as maiores influências dos PA's ocorrem nas áreas reformadas, ou seja, com maiores quantidades de famílias assentadas e de área.

Mesmo com as limitações, foi possível extrair dados e informações que permitem traçar algumas considerações em relação ao objeto de estudo. Procurou-se identificar a estrutura fundiária dos recortes espaciais nos anos de 1995/96 e 2006, para os níveis municipais e dos agregados dos Territórios. Para o levantamento do perfil agropecuário escolhido (produtos consumidos em mercado interno, lavouras temporárias e permanentes, hortaliças, animais e leite) foi visualizada a contribuição relativa de cada tipo de produtor na quantidade produzida. Esses são produtos primários utilizados para o abastecimento interno da população brasileira e também de comercialização externa, com geração de divisas, dado o modelo atual de exportação.

O Território Cantuquiriguaçu apresentou uma melhora do Índice de Gini, ou seja, uma desconcentração da propriedade da terra. Os assentamentos da reforma agrária localizados nesse Território podem ter influenciado na desconcentração. Os assentados, também contribuíram de maneira significativa na produção agropecuária, principalmente de alimentos de consumo básico como o arroz, feijão, mandioca e hortaliças. Percebe-se ainda a participação desse tipo de produtor na atividade leiteira. Por fim, observa-se o avanço da produção de *commodities* nesse Território.

No Território Norte Pioneiro ocorreu um movimento de concentração da propriedade da terra. Percebe-se que os assentamentos rurais da reforma agrária não exerceram influências significativas em relação à desconcentração da propriedade da terra. Nesse contexto, os assentados do Território Norte Pioneiro apresentaram contribuição na produção agropecuária, a medida de suas capacidades, visto o reduzido número de famílias e áreas de assentamentos. Destacaram-se principalmente na produção de uma diversidade de hortaliças e de alimentos básicos.

As concentrações da propriedade da terra nos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro permanecem em altos níveis até o ano estudado de 2006. Verifica-se de maneira geral a diminuição da concentração da propriedade da terra no Território Cantuquiriguaçu, em contraste a um aumento da concentração de 1995 para 2006, no Território Norte Pioneiro. Visualiza-se que os assentamentos são uma alternativa no processo de desconcentração da propriedade da terra, em unidades territoriais com maiores números de beneficiários.

Os assentados da reforma agrária localizados nos Territórios estudados, ao produzirem alimentos básicos, contribuem em dois sentidos: garantem a segurança alimentar da família e ofertam alimentos ao mercado consumidor. A conquista da terra coloca-se como um meio fundamental aos trabalhadores (antes sem-terras). A mesma é um fator essencial de produção e de riqueza, ou seja, um ativo produtivo. Quanto à atividade agropecuária dos assentamentos, foi observada potencialidade produtiva nos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro. Pontua-se, por fim, que mesmo sob as condições heterogêneas dos assentamentos, podem ser possibilidades de modelo do desenvolvimento rural.

Como possibilidade de futuros estudos tem-se pesquisas: que relacionem a concentração da propriedade da terra com o desenvolvimento humano; o valor da produção agropecuária dos assentamentos e do nível tecnológico relacionados à produção agropecuária. Por fim outra ideia de trabalho futuro é quanto à interação dos assentamentos com os mercados alternativos locais e regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCANTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. A Formação da Propriedade e a Concentração de Terras no Brasil. **Heera** (UFJF. Online), v. 4, n. 7, p. 63-85, 2009.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BRASIL. Lei N ° 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília.
- BURITY, V. et al. **Direito Humano à alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.
- CARVALHO, J. G. **Economia Agrária**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2015. 246p.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Identidade dos camponeses assentados no Território Cantuquiriguaçu, Paraná-Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v.14, n.1, p. 77-88, jan./abr, 2015.
- COELHO, Luzia Bucco. **Políticas públicas e agricultura familiar: uma análise dos impactos do PRONAF no desenvolvimento rural do território Cantuquiriguaçu, Paraná**. 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil**. Brasília. 2010. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/a-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-no-brasil-indicadores-e-monitoramento/relatorio-consea.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- CRUZ, S. S. O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 110, p. 241-269, 2012.
- CUNHA, A. M.; BICHARA, Julimar da Silva; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi. Impactos da Ascensão da China Sobre a Economia Brasileira: comércio e convergência cíclica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 406-440, 2011.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- FLEURY, Renato Ribeiro. **Reforma Agrária e estrutura fundiária no Brasil: uma análise a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária**. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Araraquara, SP. 2015.
- FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 95 p.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, Cátia; PORTO, Sílvio; MENEZES, Francisco. **Abastecimento alimentar e compras públicas no Brasil: um resgate histórico**. Athalaia, 2015.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. London; New York: Verso, 2006.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para Economistas**. 4. ed. São Paulo: PIONEIRA THOMSON LEARNING, 2006, v. 1, 432p .

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes . **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. v. 1. 108p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 1995/1996 e 2006**. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes regiões e Unidades da Federação**. 2009. Disponível em: <

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Diversidade da produção nos estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil: uma análise econométrica baseada no cadastro da declaração de aptidão ao Pronaf (DAP)**. Rio de Janeiro, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 08 set. 2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

Diagnóstico Socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu. 2007. Curitiba. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorio_cantuquiriguacu.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

LEITE, Sérgio Pereira; Ávila, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, p. 777-805, 2007.

LIN, Brenda B. Resilience in agriculture through crop diversification: adaptive management for environmental change. **BioScience**. Califórnia, v.61, n.3, mar. 2011.

MARCONI M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. Atlas, 5. ed, São Paulo, 2003.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, C. N. **Análise da Estrutura Fundiária da Região Nordeste e do Estado do Ceará durante o período 1970-2006**. In: VI Encontro Economia do Ceará em Debate, 2010, Fortaleza. Anais do VI Encontro Economia do Ceará em Debate, 2010.

MELLO, Paulo Freire. Produção agrícola em assentamentos rurais do rio grande do sul: um estudo quantitativo comparativo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 24, p. 159-197, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Territórios da Cidadania: integração de políticas públicas para reduzir as desigualdades**. 2009. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638134.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

OLIVEIRA, **Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur edições, 2007.

PADILHA JUNIOR, J. B.; MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. 1. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2007, v. 1, 300p.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do estado do Paraná, 1981.

PERISSATTO, Emília Bandeira. **Projetos de reforma agrária no noroeste do Paraná: disparidades estruturais e impactos locais**. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR. 2009.

PERONDI, Miguel A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 237 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RANGEL, Ignácio. **Questão Agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **História Econômica Geral**. 9. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2011, v. 01, 361p.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. O Paraná urbano e o Paraná do Agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Rev. paranaense. Desenvolv.** Curitiba, n.86, set/dez, 1995.

SERRA, E. Reflexões sobre a origem da crise agrária no Norte do Paraná. **Boletim de Geografia (UEM)**, Maringá - PR, v. 1, p. 45-58, 2001.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003.

THEIS, I. M.. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, p. 241-252, 2009.

VASCONCELLOS, M. A. S.; LOPES, L. M. **Manual de Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011, v. 1, 512.